

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

BÁRBARA RAQUEL DE OLIVEIRA

INFORMALIDADE BRASILEIRA: O FENÔMENO TEM ROSTO FEMININO?
UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2012-2019

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2022

BÁRBARA RAQUEL DE OLIVEIRA

**INFORMALIDADE BRASILEIRA: O FENÔMENO TEM ROSTO FEMININO?
UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2012-2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Jorge

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2022

BÁRBARA RAQUEL DE OLIVEIRA

**INFORMALIDADE BRASILEIRA: O FENÔMENO TEM ROSTO FEMININO?
UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2012-2019.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marco Antonio Jorge - Orientador
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.^a Dr.^a. Silvana Nunes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dedico este trabalho a Deus, pois sem Ele nada seria possível e à minha família, meus maiores apoiadores nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Ninguém chega a lugar algum sozinho. A cada passo, a cada caminho trilhado, bom é saber que não estou só!

Gratidão àqueles que sempre me apoiam na realização dos meus sonhos: meus pais Damares e Anselmo e ao meu irmão Júnior.

Ao professor e meu orientador Marco Jorge, pela enorme troca de conhecimento e pela paciência no ensino em cada encontro e cafés.

Aos professores da banca examinadora por toparem o desafio de abrilhantarem esta experiência: Kleber Oliveira e Silvana Queiroz.

Aos docentes do Departamento de Economia da UFS, pelo trabalho realizado no mestrado.

À Monique, que se tornou, além de uma amiga de curso, uma pessoa para compartilhar esse desafio.

A todos que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui.

A Deus, pela capacidade e força dada a mim para trilhar essa jornada que é a vida!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar o comportamento atual do mercado de trabalho informal brasileiro para identificar se as mulheres se enquadram no rol da parcela mais atingida pelos aspectos deste setor. A hipótese assumida é de que a segmentação do mercado de trabalho explica, em boa medida, a informalidade e as mulheres possuem maiores chances de estarem inseridas ali, isto é, o sexo é uma variável que influencia nas diferenças de probabilidade de participação nas ocupações informais. Para alcançar os resultados pretendidos, a metodologia do estudo envolve a realização de uma revisão de literatura, bem como uma discussão em torno de algumas dentre as principais correntes teóricas da informalidade. Além disto, o estudo traz uma pesquisa descritiva tendo como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para os anos de 2012 e 2019 e finaliza com a execução do modelo econométrico Probit, com base nos microdados também da PNADC para o ano de 2019. Os principais resultados mostram que, no campo das probabilidades, as mulheres apresentam maiores chances de estarem inseridas na informalidade, isto é, de não ter carteira de trabalho assinada e não ser contribuinte da previdência e ainda que, mesmo tendo sido semelhante a proporção total dos informais de ambos os sexos nos dados dos anos observados, a participação delas supera a dos homens em categorias associadas a menores salários e condições de trabalho mais precárias em relação à posição na ocupação informal.

Palavras-chave: informalidade; mulheres; Probit.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the current behavior of the Brazilian informal labor market to identify whether as an objective they fit the role of the portion most affected by the aspects of this sector. A hypothesis as explained, which is a good possibility of the informal labor market, a larger woman who is inserted, a measure that is a participation variable that influences the differences in the probability of participation in occupations. To achieve the proposed objectives, the study methodology involves carrying out a review of literature, as the main theoretical currents of informality. In addition, the study brings a descriptive research based on the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) for the years 2012 and 2019 and ends with the execution of the Probit econometric model, based on microdata also from PNADC to The year 2019. The main results show that, as women in the field of probabilities, women are more likely to be inserted in informality, that is, even if they have not had a formal contract and are not a social security contributor and have not yet to be a social security contributor Both sexes in relation to the total proportion of similar sexes in the observed years of work data, one of them surpasses that of men in relation to years of age and the most precarious working conditions in relation to the position in informal occupation.

Keywords: informality; women; Probit.

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

OIT - Organização Internacional do Trabalho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das Variáveis do modelo.....	37
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio - Brasil 2019.....	27
Tabela 2 – Pessoas na força de trabalho potencial, segundo procura de trabalho no mês de referência e principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho, por sexo - 2019.....	43
Tabela 3 – Posição na Ocupação Informal Feminina – 2012 a 2019	52
Tabela 4 – Rendimento médio habitual em ocupações formais e informais, por sexo e Grande Região - 2019	56
Tabela 5 – Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês - 2019	58
Tabela 6 – Resultados do Modelo Probit	59
Tabela 7 – Efeitos Marginais.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da distribuição percentual da motivação dos empreendedores por oportunidade (em estágio inicial) segundo o gênero - Brasil – 2002 a 2018.....	28
Gráfico 2 - Taxas % de Participação na PEA, por sexo, Brasil – 1950 -2010.....	29
Gráfico 3 - Mulheres na força de trabalho (2012 a 2019)	40
Gráfico 4 - Homens na força de trabalho (2012 a 2019).....	40
Gráfico 5 - Tempo sem trabalhar e procurando emprego – 2012 a 2019.....	42
Gráfico 6 - Distribuição da população subocupada por insuficiência de horas.....	43
Gráfico 7 - Proporção de Trabalhadores informais	44
Gráfico 8 - Nível de Instrução dos trabalhadores formais e informais mulheres (%) - 2012 a 2019	45
Gráfico 9 - Nível de Instrução dos trabalhadores formais e informais homens (%) - 2012 a 2019.....	46
Gráfico 10 - Proporção de ocupados em trabalhos informais, em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, por sexo, raça e cor.....	47
Gráfico 11 - Empregados Sem Carteira, por sexo, por posição na ocupação informal – 2012 a 2019 - valores absolutos (1 000)	48
Gráfico 12 - Empregador não contribuinte, por sexo, por posição na ocupação informal – 2012 a 2019 - valores absolutos (1 000).....	49
Gráfico 13 - Conta própria não contribuinte, por sexo, por posição na ocupação informal – 2012 a 2019 - valores absolutos (1 000).....	50
Gráfico 14 - Trabalhador Doméstico sem carteira, por sexo, por posição na ocupação informal – 2015 e 2019 - valores absolutos (1 000).....	51
Gráfico 15 - Trabalhador Auxiliar Familiar, por sexo, por posição na ocupação informal – 2015 e 2019 - valores absolutos (1 000).....	52
Gráfico 16 - Agropecuária.....	54
Gráfico 17 - Indústria.....	54
Gráfico 18 - Construção.....	54
Gráfico 19 – Comércio e Reparação.....	54
Gráfico 20 - Adm. Púb., educ., saúde e serv. soc.....	54
Gráfico 21 - Transp., Armazenamento e Correio	54
Gráfico 22 - Alojamento e Alimentação.....	55
Gráfico 23 - Informação, financeira e outras ativ. Profissionais	55

Gráfico 24 - Serviços Domésticos.....	55
Gráfico 25 - Outros Serviços.....	55
Gráfico 26 - Rendimento médio real do trabalho principal - trabalhadores domésticos sem carteira assinada.....	57
Gráfico 27 - Rendimento médio real do trabalho principal - empregados sem carteira assinada	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE INFORMALIDADE	16
2.1.SURGIMENTO DA INFORMALIDADE E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	16
2.2.SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: INFORMALIDADE EM BUSCA DA TEORIA	20
3. INSERINDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO À INFORMALIDADE.....	26
3.1. A INFORMALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA PARA AS MULHERES.....	26
4. METODOLOGIA	33
4.1. MÉTODOS CIENTÍFICOS	33
4.2.MODELO ANALÍTICO: O PROBIT.....	34
4.3 BASE DE DADOS E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	36
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
5.1. ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS	39
5.2. RESULTADOS DO MODELO ECONOMETRICO	58
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS:	65

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho é um âmbito que passa por transformações consequentes das reestruturações econômicas, institucionais, produtivas e tecnológicas no contexto mundial. Nas últimas décadas, a economia brasileira tem sido marcada pela queda expressiva do número de ocupações formais – principalmente a partir de 2015 – e pelo aumento do número de trabalhadores informais. Estes comportamentos têm sido relacionados em parte à crise econômica e política vivenciada no país a partir de 2014/2015 e à reforma trabalhista de 2017, que flexibilizou as leis trabalhistas, possibilitando novas formas de contratação com menos garantias ao trabalhador (IBGE, 2020a), o que torna visível que o país continua marcado pela informalidade.

Segundo Küchemann (2000), entre as questões que acompanharam as primeiras discussões sobre a informalidade estão a sua falta de definição – o que se relaciona diretamente com seu conceito não consensual e que tem mudado com as novas tecnologias, reforçando a necessidade de discuti-lo – e a ausência de estudos que abordassem as questões de gênero, aqui voltada à participação da mulher no setor informal. Assim, torna-se pertinente ainda analisá-lo inserindo o recorte por gênero.

Desse modo, o objetivo desta dissertação é investigar o comportamento atual do mercado de trabalho informal brasileiro para identificar se as mulheres se enquadram no rol da parcela mais atingida pelos aspectos deste setor. A hipótese assumida é de que a segmentação do mercado de trabalho explica, em boa medida, a informalidade e as mulheres possuem maiores chances de estarem inseridas ali, isto é, o sexo é uma variável que influencia nas diferenças de probabilidade de participação nas ocupações informais.

A relevância da análise está em não somente discutir as bases e condições em que se alicerça o mercado de trabalho informal, mas sobretudo identificar se a segmentação e disparidades observadas no setor formal são reproduzidas no setor informal. Ademais é possível identificar se as reações do setor informal, mediante às mudanças no cenário econômico, atingem mais fortemente as mulheres.

Para alcançar o objetivo será realizada uma revisão de literatura, bem como uma análise de algumas das correntes teóricas da informalidade, acompanhada de uma análise descritiva dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para os anos

de 2012 a 2019, objetivando localizar o comportamento do mercado de trabalho informal no cenário econômico geral e o levantamento dos perfis dos trabalhadores informais no período analisado. A escolha do período se justifica por englobar desde os anos que precederam até os anos de agravamento da crise político-econômica a partir de 2014 e assim conseguir um panorama deste cenário. Para o estudo, foram considerados como trabalhadores informais os empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria não contribuintes da previdência social, empregadores não contribuintes da previdência social e trabalhadores familiares auxiliares.

Por último, foi proposto executar o modelo econométrico Probit, onde foram utilizados os microdados também da PNADC para o ano de 2019, extraídos e executados no software STATA 17.0. Entre as variáveis utilizadas destaca-se a variável dependente, que será o tipo de ocupação (se informal ou não) e as variáveis explicativas que englobam sexo, estado civil, se chefe de domicílio, idade, nível de instrução, renda do trabalho principal, área de domicílio, grupos de atividades e cor ou raça. O objetivo se concentrou em identificar no campo das probabilidades como as variáveis escolhidas influenciam a participação na informalidade, averiguando se as mulheres têm maiores chances de se inserirem ali.

O trabalho se concentra em 5 (cinco) capítulos além desta introdução e das considerações finais. A primeira etapa visa sumarizar algumas das principais contribuições teóricas do aparecimento da economia informal, focando na teoria da segmentação do mercado de trabalho. O capítulo em seguida apresentará a informalidade como uma estratégia de sobrevivência identificando como este aspecto se mostra mais perceptível entre as mulheres. Já a terceira etapa descreve os procedimentos metodológicos e a base de dados utilizados no trabalho, enquanto o próximo capítulo reúne os resultados da análise descritiva, bem como os resultados da aplicação do modelo Probit.

Os principais resultados mostram que, no campo das probabilidades, as mulheres apresentam maiores chances de estarem inseridas na informalidade, e ainda que, mesmo tendo sido semelhante a proporção dos informais de ambos os sexos nos dados dos anos observados, a participação delas supera a dos homens em categorias associadas a menores salários e condições de trabalho mais precárias em relação à posição na ocupação informal: trabalhadores domésticos e auxiliares de família.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE INFORMALIDADE

O recorte por sexo será abordado neste trabalho como um fator delimitante, no entanto, antes de inseri-lo é de suma importância discutir algumas correntes teóricas da informalidade. Desta forma, este capítulo tem o objetivo de abordar alguns estudos que possuem relevância na discussão, partindo para a demonstração de como a informalidade pode ser explicada, em boa medida, pela teoria da segmentação do mercado de trabalho.

2.1.SURGIMENTO DA INFORMALIDADE E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

O marco inicial da discussão no que diz respeito ao aparecimento da informalidade se dá com o trabalho de Hart (1971), que no âmbito da antropologia aborda a “economia informal” como aquela pela qual a camada mais pobre da população do país denominada “urban sub-proletariat” alcançava seus rendimentos através da execução de atividades econômicas não formais, isto é, sem regulação, apresentada como um subconjunto da economia (PERES, 2015).

O trabalho publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), denominado *Employment, Incomes and Equality in Kenya* (OIT, 1972) teve um papel importante ao demonstrar o quão significativo era o setor informal em termos de ocupações e de oportunidades de rendimento e assim dar base para diversas abordagens sobre a caracterização e o dimensionamento do setor informal (NOGUEIRA, 2016).

A este termo atribuem-se pequenas atividades urbanas, capazes de gerar rendas, desenvolvendo-se fora do âmbito legal, com pouco capital, técnicas simples, mão-de-obra pouco qualificada, produzindo emprego instável com baixa produtividade e consequentemente baixa renda.

Entre as teorias que se destacam no estudo ao fenômeno da informalidade podemos destacar os modelos teóricos de economia dual que se estabeleceram na década de 1970 voltando-se a analisar principalmente como o desenvolvimento econômico chegaria aos países subdesenvolvidos. Ramos (2007), ao analisar o formato da economia do desenvolvimento, destaca que este dualismo – isto é, a convivência de um setor moderno característico como urbano ou industrial e um setor tradicional, tido como arcaico ou rural (SANCHES, 2008) – foi discutido, de um lado, como um processo de caráter transitório e por outro, pessimistamente, como um processo persistente.

A abordagem do dualismo transitório se desenvolveu a partir da teoria de Arthur Lewis (1954), adotando a ideia da existência de uma oferta ilimitada de mão de obra em economias

onde o preço do trabalho (salário) corresponde aos níveis de subsistência, assumindo a concepção de desenvolvimento econômico como uma transição entre uma economia-sociedade tradicional e uma economia-sociedade moderna. Explica-se: o setor tradicional seria responsável por disponibilizar a mão de obra necessária para o setor moderno, entretanto, esta teoria mostra a informalidade como uma consequência direta do excesso de mão de obra gerado da agropecuária e que migrava para as cidades, mas não encontrava emprego. Esse excedente manteria os salários baixos na indústria e promoveria o desenvolvimento industrial gerando gradualmente empregos suficientes para reduzir a informalidade.

Portanto, o caráter transitório ao qual aborda o modelo de Lewis garantiria que o desenvolvimento acontecesse no mesmo formato dos países desenvolvidos, porém, as políticas públicas deveriam ser voltadas para o investimento no setor moderno. Ocorre que ao atingirem o padrão de crescimento econômico, os países em desenvolvimento, por meio deste setor, ofertariam empregos suficientes para absorver toda mão de obra excedente dando à informalidade um caráter temporário.

Por outro caminho, em 1950, a CEPAL elaborou um padrão de interpretação mais pessimista do processo de desenvolvimento, pelo qual a heterogeneidade estrutural se perpetuaria e não surgiriam sociedades homogêneas, como no caso dos países centrais. Essa concepção partiria da hipótese da heterogeneidade estrutural da América Latina, que proporcionaria o entendimento do desenvolvimento desigual do mercado de trabalho (RAMOS, 2007). O PREALC aderiu ao pensamento da CEPAL num contexto onde a informalidade seria o excedente estrutural e conjuntural de mão-de-obra, acrescentando que em países de baixo Estado de bem-estar social a informalidade do mercado de trabalho seria uma estratégia de sobrevivência.

Com toda a discussão estabelecida no que diz respeito à corrente do PREALC quanto às questões relativas à informalidade principalmente nos anos 1970 e 1980, avalia-se que esta deixou de ter relevância nos anos 1990 num contexto de “crise da economia do desenvolvimento”. Entre os fatores, Ramos (2007) avalia haver a não sustentabilidade do paradigma desenvolvimentista e sua incompatibilidade entre as evidências empíricas. O autor cita que as múltiplas definições que possui o termo “economia informal” permitiriam que o fenômeno da informalidade pudesse ser observado entre outras perspectivas, seja as que a associavam à exclusão social ou por abordagens que relatem a informalidade como uma escolha racional ou um subproduto do excesso de intervenção estatal, por exemplo.

As discussões ao tema têm demonstrado, desta forma, que o conceito de informalidade possui um caráter ambíguo e diversos caminhos de análises. Autores como Sanches (2008) consideram como insuficientes alguns estudos mais recentes quanto à procura por definições e origens do fenômeno, visto que grande parte deles se atém a relacionar a informalidade à existência ou não da carteira de trabalho assinada. Ressalta-se, no entanto, que as controvérsias em torno da economia informal não se limitam apenas à procura pela definição de seu conceito, mas também em suas matrizes teóricas.

Destacando a experiência brasileira, é possível observar que o tema ganha maior proporção a partir da segunda metade da década de 1970 mediante a busca pela delimitação da estrutura do mercado de trabalho. Com destaque nesta fase contemporânea, na década de 80 os estudos desenvolveram-se importantemente ao tentar mensurar os efeitos das transformações estruturais do mercado de trabalho e seu impacto social. Segundo Silva e Chinelli (1997), a economia informal não barra a exploração, pelo contrário, o processo concilia flexibilidade e exploração, produtividade e abuso, empresários agressivos e trabalhadores desprotegidos. Já Castel (1998), quando discute trabalho e relações salariais, afirma que o aspecto social relacionado à informalidade esbarra na precariedade, pobreza e exclusão. No Brasil, estes impasses são ainda maiores, visto que o processo de globalização econômica do país se deu sem se ter vencido os problemas sociais básicos.

Cacciamali (2000, 2011) evidencia que as mudanças estruturais na produção e no emprego, seguidas das transformações tecnológicas e impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho da década de 1990, num cenário de política liberal, geraram desequilíbrio entre práticas econômicas, comerciais ou instituições sociais resultando diretamente no não atendimento das necessidades e interesses da sociedade. Segundo a autora, essa assincronia foi compreendida por meio do termo processo de informalidade que: *“Analisa os principais vácuos legais ou procedimentos consensuais no uso da força de trabalho, processos de trabalho, compra e venda ao longo das cadeias de produção e outras relações de produção.”* (CACCIAMALI, 2011, p.16).

Além disto, segundo Cacciamali (2000), o conceito de “setor informal” se tornou limitado para explicar a experiência dos países latino-americanos, propondo então um novo formato onde o processo de informalidade se manifestaria em grande parte dos países através de mudanças institucionais ocorridas diante de uma reestruturação econômica e da

reorganização do trabalho assalariado, modificação das bases do emprego, gerando maior número de empregos sem registro ou sem direito à proteção social.

Segundo Vasconcelos e Targino (2015), as análises precisam se debruçar aos aspectos relevantes do mercado de trabalho considerando que a atualidade aponta para redefinições conceituais da informalidade. A busca pela conceituação definitiva do “setor informal” necessita, na visão dos autores, ser substituída pelo debate a essa evolução contemporânea, uma vez que as perspectivas se alteram ao longo do tempo.

De fato, o termo informalidade requereu reelaborações conceituais que conseguissem englobar os “novos tempos” (PERES, 2015) e neste sentido a OIT (Organização Internacional do Trabalho) desempenha um papel importante.

Na caminhada do debate, a Organização reconheceu a necessidade de adotar uma abordagem mais ampla, capaz de captar as novas facetas das relações de trabalho onde o termo economia informal englobasse a diversidade e dinamismo deste mercado uma vez que já se constataavam diversos graus de formalização na estrutura econômica. De forma metodológica, em 2002, a ampliação desta definição abordava critérios tanto de “unidade produtiva” como o de “ocupação”, incluindo categorias como de trabalhadores independentes típicos, isto é, microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio; de “falsos” autônomos, grupo composto por trabalhadores terceirizados subcontratados, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor; trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos”, a saber, assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”; microempregadores; produtores para o autoconsumo; e trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária. Esta nova formulação foi estabelecida na 90ª Conferência Internacional do Trabalho e emergiu diretamente sobre a direção das políticas públicas. Seria preciso, segundo a OIT (2002), abordar e pensar sobre a disposição de trabalho decente considerando a conjuntura real do mundo do trabalho, de forma que as medidas pudessem proporcionar o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e o combate à discriminação.

Em 2003, a nova conceituação estabelecida pela OIT é respaldada na 17ª International Conference of Labour Statisticians. Ressaltava-se que as estatísticas sobre o mercado de trabalho deveriam permitir distinguir as duas vertentes básicas da economia informal: o trabalho

que se manifesta nos setores não estruturados da economia (urbana e rural) e aquele que é executado de maneira informal nos setores organizados da economia capitalista.

Percebe-se, segundo Barbosa (2009), que a ideia trazida pela OIT aponta para a relação entre informalidade e ilegalidade e por obter esse teor, os estudos e classificações da Organização Internacional do Trabalho permitem uma precisão empírica, embora pudessem ter maior risco de aumentar o seu grau de “inespecificidade” ao agregar na definição de economia informal todas as formas de trabalho remunerado que não estão plenamente reguladas pela legislação social e trabalhista, assim como o trabalho não remunerado em atividades que gerem renda.

Estes aspectos mostram que tratar a definição de informalidade, embora com grande esforço teórico, não é, de forma alguma, consensual no Brasil e no mundo. No entanto, apesar das diversas pontuações, é possível evidenciar um ponto em comum entre as discussões: a informalidade compõe trabalhadores em que as condições são tendencialmente mais precárias visto que engloba atividades que não condizem com as normas legais ou estão desvinculadas à seguridade social, problemas pertinentes de um setor atrasado – o que não significa afirmar que as más condições trabalhistas são limitadas à informalidade, mas em perceber que neste setor as características do trabalho indecente são mais acentuadas.

O caso brasileiro confirma esta assertiva: a acentuação do nível de informalidade é revelada através de um processo de reorganização do mercado de trabalho caracterizado pela ampliação de formas de contratação mais inseguras e desprovidas da proteção da legislação trabalhista, trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização, como o direito à aposentadoria, às licenças remuneradas (como para maternidade ou por afastamento laboral por motivo de saúde), assim como à remuneração ao menos pelo salário mínimo, quando se trata de empregados (IBGE, 2020b).

2.2. SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: INFORMALIDADE EM BUSCA DA TEORIA

Embora existam várias possibilidades de interpretação, quando o assunto se volta às diferentes formas e motivações de inserção no mercado de trabalho informal e diferenciais de salários entre os trabalhadores, a teoria da segmentação do mercado de trabalho apresenta grande relevância.

A segmentação alicerça-se sobre uma hipótese central de que há retornos distintos ao capital humano, isto é, mecanismos de determinação dos salários que se diferenciam segundo o segmento do mercado de trabalho e de que há racionamento dos postos de trabalho no setor formal, além de barreiras à mobilidade entre os dois setores.

Ramos (2007) afirma que a teoria da segmentação ganha respaldo com a lacuna deixada pelas teorias desenvolvimentistas, principalmente a partir da década de 90. Destaca-se, em sua percepção, que o conceito de segmentação ganha destaque com a discussão heterodoxa americana para incluir no debate fenômenos como pobreza e discriminação.

Segundo Neffa (2008, p. 146), a segmentação do mercado de trabalho se caracteriza como um processo histórico onde forças econômicas, políticas e sociais influem na divisão do mercado em segmentos com aspectos distintos e regras de comportamentos particulares, marcados por diferentes mecanismos de formação e alocação de salários e com obstáculos à mobilidade entre eles. Destaca-se, no entanto, que a abordagem da segmentação do mercado de trabalho não é um assunto recente. Os estudos clássicos, neoclássicos e marxistas contribuíram para as análises, porém, a matriz teórica do mercado de trabalho segmentado se estabelece na inadequação ou incompletude da teoria neoclássica do mercado de trabalho dado que a distribuição de salários não é explicada adequadamente.

Huerga (2010) assegura que a economia ortodoxa, sob a ideia de equilíbrio, considerava difícil explicar fenômenos como a pobreza persistente, o desemprego, a discriminação e, sobretudo, as desigualdades salariais entre indivíduos semelhantes. Especificamente para a teoria do capital humano, as disparidades salariais eram explicadas pelas diferenças na produtividade, e em último caso, pelas competências. As desigualdades transitórias ou fenômenos como o desemprego involuntário poderiam ocorrer no curto prazo, no entanto, no longo prazo as desigualdades seriam vencidas e o mercado seria equilibrado como consequência da busca pelo lucro e a maximização da utilidade num contexto de perfeita informação e mobilidade. Mas ao observar a realidade tornou-se necessário emergir novas explicações. Neste sentido, surge a concepção do mercado de trabalho formado por um conjunto de segmentos distintos.

Para Leontaridi (1998) a teoria da segmentação, ao admitir a ideia de um mercado de trabalho fragmentado e a influência das características institucionais e sociais sobre o emprego e os salários, muda o foco da abordagem do mercado de trabalho do lado da oferta (visão clássica e neoclássica) para o lado da demanda. Ou seja, a relevância deixa de ser analisar os

fatores como a produtividade individual (relacionada às decisões individuais de investimento em capital humano) e a preferência por lazer, e passa a discutir a relação contida entre o salário e os atributos produtivos do indivíduo, admitindo de forma mais influente sobre a estrutura dos empregos fatores como a organização industrial, o mercado produtivo, os sistemas de regulação do mercado de trabalho e as condições tecnológicas.

Vietorisz e Harrison (1973) consideram a segmentação como um processo de desenvolvimento divergente caracterizado pela presença de um feedback positivo capaz de conciliar a mudança técnica, a produtividade do trabalho e a barganha de salários no mercado de trabalho, isto implica na baixa mobilidade existente entre os segmentos emergentes. Apresentando-se de forma endógena ao sistema, a baixa mobilidade se daria através das diferenças na educação, treinamento e habilidades associados com distintos segmentos do mercado de trabalho.

Já Taubman e Wachter (1986) evidenciam a segmentação de mercado de trabalho quando há diferenciais de rendimento não justificadas por diferenças na habilidade dos trabalhadores. Entre as causas observadas pelos autores estão aspectos relacionados às características dos indivíduos, sua localização geográfica e a organização do mercado de trabalho como a existência de sindicatos, regulamentação do governo e restrições à imigração.

Para Doeringer e Piore (1971) a segmentação é causada pelo ajuste alocativo, ou seja, a adequação da alocação dos trabalhadores visando minimizar os custos da empresa. Segundo Casari (2012, p. 17):

As empresas oferecem empregos que exigem diferentes níveis de habilidades e que há custos associados ao recrutamento, seleção e treinamento de novos empregados, sendo que quanto maior é o nível de habilidade no emprego, maiores serão os custos supracitados. Entre os incentivos criados, os mais comuns são: boas condições de trabalho e uma linha de promoções que considera o tempo de experiência do trabalhador naquele emprego, gerando o chamado mercado de trabalho interno.

Jorge (2011) destaca entre as causas para a segmentação a assimetria de informações, que conforme Mortensen (2003 apud JORGE, 2011), perpassa pela inexistência da posse de informação perfeita a respeito das ofertas de emprego, sendo acessível apenas um subconjunto de propostas, onde o trabalhador escolhe a melhor proposta contida ali de modo que supere o salário mínimo desejado para entrar no mercado de trabalho. Importante ressaltar que, nestas condições, o desejo da empresa é oferecer um salário menor ou igual à produtividade do empregado. Uma vez havendo produtividades diferentes entre os setores, as remunerações se diferenciam.

Outras motivações para os diferenciais salariais, além das estruturas de mercado e relativas às questões de mobilidade do trabalhador, destacam-se por meio dos fatores extraeconômicos, os quais se referem aos fatores sociais, políticos e institucionais. Além destes, destaca-se a diversificação tecnológica pelo qual as empresas com melhores tecnologias tendem a pagar melhor, visto vez que aumentam a produtividade da mão-de-obra e assim a expectativa de lucro. Cacciamali (1978), com base nas considerações de Vietorisz e Harrison (1973), chama a atenção para o dualismo tecnológico como um mecanismo inerente ao processo capitalista, que resulta no surgimento de dois mercados: um mercado primário, caracterizado por conter salários altos que incentivam a adoção de técnicas intensivas em capital e a geração de inovações, com investimentos em capital físico acompanhados por investimentos em capital humano que contribuem para a elevação da produtividade, e um mercado secundário, que inversamente, utiliza técnicas intensivas em trabalho, marcado por baixo investimento em capital humano, com produtividade e salários estagnados.

Isto vai de encontro à taxonomia do mercado de trabalho trazida por Jorge (2011). Considerando os atributos do posto de trabalho e das empresas que nele atuam, caracteriza-se como mercado primário aquele que além de possuir salários elevados, apresenta melhores condições de trabalho, estabilidade de emprego, grandes empresas, alta atuação sindical, avanço tecnológico, maior probabilidade de promoção da mão de obra e demanda estável dos produtos e serviços, enquanto o mercado secundário possui baixos salários, piores condições de trabalho, rotatividade do emprego, pequenas empresas, baixa participação dos sindicatos, baixa tecnologia, menor probabilidade de promoção da mão de obra e demanda instável dos produtos e serviços.

Cacciamali (1978), ao diferenciar as ocupações de cada um desses dois setores, identifica que o setor primário é composto por ocupações que requerem iniciativa própria e criatividade (ocupações do setor primário independente) e ocupações que impõem a aceitação de normas marcada pelo reduzido poder de decisão (ocupações do setor primário rotineiro ou dependente), enquanto no setor secundário as ocupações não participam de linhas de promoção e possuem uma estrutura de trabalho instável.

Neffa (2008) acrescenta que entre as consequências da segmentação está o surgimento de novas formas de emprego que se revelam por meio de subcontratação, emprego temporário e trabalho em casa, pelos quais as empresas podem dividir ou dispersar trabalhadores e flexibilizar o contrato de trabalho. Entre suas características estão a ausência de garantias e

estabilidade, que marcam, sobretudo, o mercado externo e o setor secundário. O formato *home-office* mantém o vínculo legal na relação salarial, no entanto, o trabalhador executa suas atividades fora da empresa. Já com a subcontratação, algumas atividades do processo produtivo são destinadas a outras unidades produtivas legalmente independentes, que não estão necessariamente relacionadas ao contratante.

Segundo Ulyssea (2006) a questão dos diferenciais de salários entre trabalhadores se destaca nos estudos da literatura empírica relativa à informalidade com o intuito de determinar as preferências dos trabalhadores entre postos de trabalho formais e informais e, especialmente, à questão da existência ou não de segmentação no mercado de trabalho. O autor afirma não haver consenso na literatura sobre os determinantes dos diferenciais de salários entre setor informal e formal e tão pouco sobre a existência de segmentação entre ambos, no entanto, o mesmo enfatiza que no mercado informal o nível de educação dos trabalhadores é menor e a rotatividade mais elevada, apontando que a teoria pode ser aplicada na hipótese de que o setor formal é de melhor qualidade, isto é, com maiores salários e maior estabilidade, sendo, segundo Ramos (2007), objetivo dos indivíduos inserirem-se neste mercado.

Neste sentido, Cirino e Dalberto (2018) atestam que os trabalhadores formais possuem vantagens de rendimentos sobre os informais, considerando indivíduos com a mesma dotação de atributos. O que indica que trabalhadores com mesmos níveis de produtividade poderiam ser remunerados de formas diferentes a depender do setor em que estão alocados, conforme a teoria da segmentação aponta. Assim, a relação entre as disparidades de salários e a existência de segmentação se alicerça na suposição de que os empregos formais são escassos ou que existem barreiras à entrada neste setor, a saber, a existência de sindicatos, segregação racial e discriminação por gênero. Em outros termos, significa que os trabalhadores enfrentam mais dificuldades para entrar no mercado de trabalho formal do que no informal, de forma que o foco deve ser voltado para a estrutura dos mercados de trabalho e aspectos institucionais.

A descontinuidade observada entre os mercados de trabalho faz referência à estrutura de um mercado dual, onde um deles é mais favorecido ou desenvolvido que o outro e assim os trabalhadores do mercado mais favorecido possuem retornos maiores à sua produtividade em relação àqueles situados no mercado menos desenvolvido.

Estabelecida a definição do mercado de trabalho segmentado, é razoável afirmar, principalmente a partir de Neffa (2008), que o trabalho informal se concentra mais fortemente no setor secundário (isto é, é mais marcado pelas características deste setor), apontando para a

evidência de que há alguma segmentação entre tal setor e o setor primário, mais abrangido pelo mercado de trabalho formal.

Tendo a teoria da segmentação norteado as questões relativas à manutenção da informalidade, torna-se necessário responder se as mulheres brasileiras são as mais afetadas por estes aspectos.

3. INSERINDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO À INFORMALIDADE

Introduzindo a perspectiva de gênero à discussão, este capítulo visa apresentar a informalidade como uma estratégia de sobrevivência e como este aspecto pode ser mais pertinente entre as mulheres, principalmente a partir da visão de Küchemann (2000).

3.1. A INFORMALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA PARA AS MULHERES.

A informalidade é uma evidência histórica do mercado de trabalho brasileiro e permanece marcando a situação de grande número de trabalhadores. Os dados analisados neste estudo mostram que mesmo nas fases de crescimento dos postos formais de trabalho, a economia do país não conseguiu diminuir, no decorrer dos anos, o trabalho informal na mesma proporção, nem de gerar empregos “decentes”¹ capazes de agregar a grande quantidade de trabalhadores marcados pelas formas de trabalho precárias, desprotegidas e ilegais, característica de um cenário em que a oferta de mão-de-obra é maior que a demanda, onde cresce a massa de desempregados e subempregados, disfarçados pelo exercício de atividades intermitentes, irregulares, semilegais ou mesmo ilegais.

O contexto da informalidade pode ser visto, desta forma, como de heterogeneidade, não restrita nas formas de trabalho e nos rendimentos, mas também nas razões que explicam o porquê da inserção de indivíduos nesse mercado.

Alguns autores como Vasconcellos (1994) apontam que a ida dos trabalhadores para a informalidade pode ser fruto de uma escolha racional, onde os mesmos calculam as vantagens como maiores salários em relação ao que recebiam no mercado formal, flexibilidade da jornada, acesso contínuo a parcela dos rendimentos, inexistência de chefia e possibilidade de ascensão social, que aconteceria mediante a saída voluntária do mercado formal, assim como uma opção de vida para aqueles trabalhadores que objetivam a abertura de um negócio próprio. No entanto, segundo o relatório do GEM (Global Entrepreneurship Monitor) – um consórcio de várias equipes nacionais, associadas a renomadas instituições acadêmicas que desenvolvem projetos de pesquisa sobre o empreendedorismo em todo o mundo – em 2019, quando questionados sobre suas motivações para iniciar um novo empreendimento, 88,4% apontaram como motivo

¹De acordo com a OIT, trabalho decente é aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna, tendo como alicerce a igualdade de oportunidades e de tratamento a todos, e o combate a todas as formas de discriminação.

a opção “para ganhar a vida porque os empregos são escassos”, apontando que para a maioria dos brasileiros, a saída do setor formal não era por oportunidade, mas por necessidade. Observemos a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio - Brasil 2019

Motivação ²	Taxas
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	88,4
Para fazer diferença no mundo	51,4
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	36,9
Para continuar uma tradição familiar	26,6

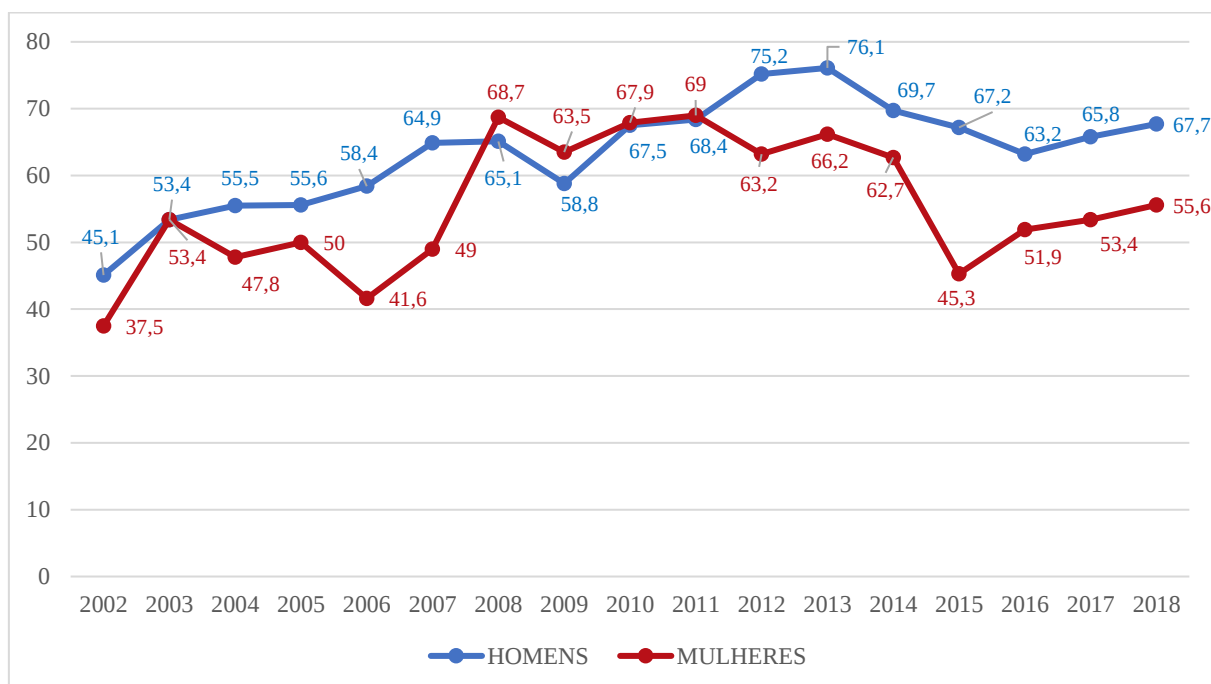
Fonte: GEM Brasil 2019

Já o gráfico 1, exposto abaixo, elaborado com base na série histórica da GEM (2018), mostra que a proporção de empreendedores iniciais por oportunidade no grupo masculino supera a encontrada no feminino na maioria dos anos. É de destaque que entre 2002 e 2008, a faixa de mulheres criadoras de um negócio por oportunidade cresceu de 37,5% para 68,7% superando o observado pelos homens até 2009, comportamento observado numa fase de tendência mais ampla da economia, isto é, de melhora neste indicador. Porém, posteriormente, esta proporção se estabilizou e entrou em queda, atingindo em 2015 a faixa de 45,3%.

O GEM (2018) avalia que o enfraquecimento do empreendedorismo feminino por oportunidade pode ser explicado pela desaceleração da economia e a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho, isto é, de mulheres que não estavam ocupadas nem desocupadas, mas que optaram pelo ingresso no mesmo para complementar a renda familiar naquele momento de crise. Em 2016, a proporção de mulheres que criaram um negócio por oportunidade voltou a subir, para 51,9%, em 2017 chegou a 53,4%, alcançando 55,6% no ano de 2018.

² Os entrevistados podiam apontar mais de uma motivação.

Gráfico 1 - Evolução da distribuição percentual da motivação dos empreendedores por oportunidade (em estágio inicial) segundo o gênero - Brasil – 2002 a 2018



Fonte: GEM, 2018

Os números trazidos acima sugerem que as mulheres são mais sensíveis às transformações econômicas e sociais. Atrelado a isto, a informalidade pode se apresentar mais como uma estratégia de sobrevivência principalmente para elas. Segundo Küchemann (2000), isto se daria porque grande parte das trabalhadoras do setor urbano informal não representa a principal fonte de sustento das famílias e somente um pequeno contingente delas consegue ali um emprego com segurança e rendimentos suficientes para sustento seu e de suas famílias.

Segundo a autora, a grande participação de mulheres no setor informal da economia brasileira não representa necessariamente que suas chances de crescimento profissional sejam maiores que no setor formal, isto se dá mediante à limitação do mercado formal e porque apenas um reduzido número de mulheres consegue inserir-se na informalidade para montar, por exemplo, uma pequena empresa lucrativa.

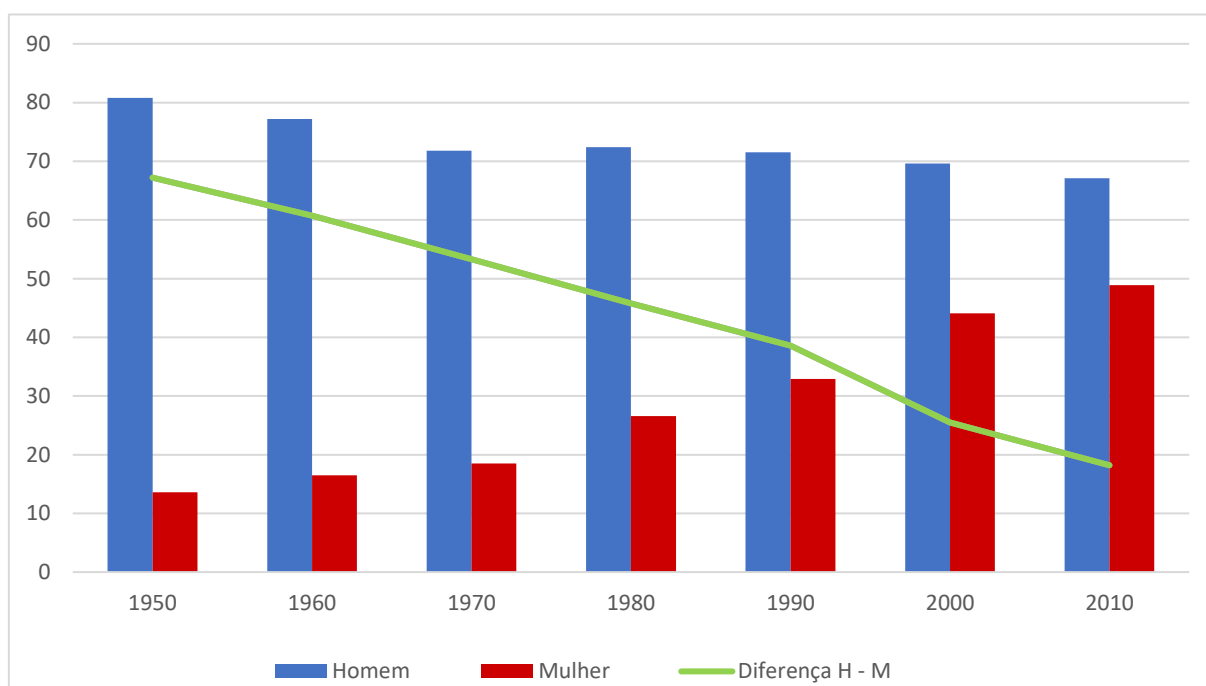
Segundo Cordeiro (2011), a precarização do trabalho no setor informal, da ausência da carteira assinada, do trabalho temporário e das doenças ocupacionais devido ao trabalho repetitivo seriam aspectos que atingem mais fortemente as mulheres e sua “introdução frágil” no mercado de trabalho estabelece a condição do subemprego. O autor aponta que milhões de trabalhadoras estão excluídas de direitos trabalhistas e que o mercado de trabalho formal está

limitado e desta forma, o setor informal passa a ser concebido como uma solução mediante a crise econômica e a excessiva intervenção governamental da economia.

Entre os indicadores que apontam para a precarização do trabalho, Hirata (2009) menciona como o mais importante a ausência da proteção social, assim também como as horas reduzidas de trabalho que resultam em salários baixos e consequentemente à precariedade, os baixos níveis de qualificação, a falta ou a ausência de uma qualificação formal, juntamente com a maior probabilidade de desemprego.

Olhando para a experiência da inserção da mulher no mercado de trabalho e a crescente participação daquelas englobadas nas camadas de baixa e média renda, observa-se que esta tem sido uma das maiores transformações sociais ocorridas no Brasil desde os anos setenta, o que é revelado, conforme o Gráfico 2, através da redução do hiato entre a PEA masculina e feminina, demonstrando que o potencial de mão-de-obra delas, isto é, a sua oferta efetiva de trabalho para o setor produtivo, tem crescido.

Gráfico 2 - Taxas % de Participação na PEA, por sexo, Brasil – 1950 -2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE para vários anos adaptado de ALVES (2013)

Entre os fatores que explicam o crescimento e a persistência dos níveis de participação feminina nas atividades econômicas, Küchemann (2000) menciona a necessidade econômica, isto é, a necessidade da renda do trabalho feminino como complementação da renda familiar; as transformações sociais quanto aos padrões comportamentais e papéis da mulher; a mudança

nos padrões de consumo relacionada à redefinição do conceito de necessidade econômica das famílias de classe média e também de renda mais baixa, pelo qual embora a sobrevivência seja a principal motivação, surge o anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo; a queda da fecundidade e o aumento dos níveis de escolaridade feminina através do seu maior acesso às universidades; o crescimento importante de lares chefiados por mulheres, e a ampliação do setor terciário da economia. Entre outros fatores encontra-se a informatização (integração em rede globalizada da economia) e a segmentação do mercado por gênero, beneficiado pelas condições sociais específicas da mulher para aumentar sua produtividade, o controle gerencial e, consequentemente, os lucros.

Cordeiro (2011, p. 30) avalia que:

“a nova identidade assumida pela mulher moderna nas práticas econômicas, políticas e educacionais colaboram para valores igualitários nas relações de gênero. Sendo assim, as famílias formadas por casais têm as responsabilidades familiares divididas, tendo como referência a inserção de ambos os cônjuges no mercado de trabalho”.

Araújo e Amorim (2002) evidenciam a maior participação das trabalhadoras no setor de serviços (no serviço público, p. ex.), em atividades terceirizadas para pequenas e microempresas, bem como a sólida migração de mulheres de empresas de grande e médio porte de diversos setores da indústria – onde tradicionalmente ocupavam postos de baixa qualificação – para atividades informais, pequenas empresas prestadoras de serviços, trabalho domiciliar ou cooperativas de trabalho. Ademais, segmentos do trabalho autônomo seriam marcados também pela modificação da divisão sexual do trabalho por meio da crescente feminização, como entre os camelôs ou vendedores autônomos.

De acordo com Küchemann (2000) há algumas características estruturais comuns à maioria das mulheres que trabalha no setor informal urbano que influenciam diretamente na dificuldade de crescimento profissional e da obtenção de uma maior renda. Cita-se entre elas o reduzido capital, pelo fato de que grande parte das autoempregadas trabalha com um capital de giro pequeno, recorrendo a prestações e fontes informais de créditos com altas taxas de juros para conseguir montar um estoque e comprar matéria-prima. Além disto, os baixos níveis de escolaridade e a pouca preparação profissional destas trabalhadoras, fator que diminui seu potencial de ação e as concentra em atividades reduzidas, onde as mesmas acabam realizando estas atividades com base em conhecimentos empíricos, adquiridos na prática, o que mesmo fornecendo uma fonte rica de experiência, podem expô-las a riscos de saúde mediante o não conhecimento correto do manuseio de produtos.

Ademais, a pouca credibilidade é outra característica inerente às trabalhadoras informais, isto porque a maioria delas não possui bens registrados em seus nomes, o que diante de algumas oportunidades que exigem algum tipo de garantia as colocam em desvantagem e com a restrição a atividades que requerem pouca instrução, pouco conhecimento profissional, pouco capital e poucas garantias, o trabalho informal feminino fica restrito a mercados reduzidos, desenvolve baixa produtividade e baixo rendimento (a maioria das trabalhadoras trabalha sozinha ou com poucos empregados) e limitadas a um reduzido raio de ação, no que se diz ao acesso aos recursos necessários e restrições de ordem financeiras, culturais e/ou jurídicas.

Não se pode deixar de mencionar os altos riscos a que se expõem mediante a falta de proteção trabalhista através da não assinatura de carteira de trabalho ou firma registrada, o que as levam a trabalhar sob condições de extrema dependência.

Neste contexto, trabalhadores informais vivem sem garantia quanto aos seus vencimentos, não têm obrigações legais a pagar, vivem num clima de completa insegurança. É uma faixa da economia moldada por condicionamentos que combinam rusticidade, pequenez e formas engenhosas de produção. Informalidade não significa pobreza. Há informais pobres e não pobres. De fato, dado que a remuneração de base dos trabalhadores formais não qualificados é baixa, há um incentivo econômico para que os trabalhadores se alojem na informalidade, espaço onde podem fixar preços de acordo com a concorrência, fugindo de eventuais controles, já que estão fora do alcance do Fisco e podem determinar o ritmo e a intensidade da sua jornada e ainda escapam da disciplina do trabalho nas empresas (CORDEIRO, 2011, p. 25).

Destaca-se que a renda do trabalho feminino informal possui um aspecto complementar, pois, ainda que contribua para a renda familiar – principalmente para as mais pobres – esta é vista como uma provedora secundária, que produz uma renda complementar à do homem presente como chefe de família, ainda que não haja nenhum chefe de família homem ou que este esteja desempregado ou impossibilitado de exercer uma profissão.

A aversão ao risco aparece como um fator que mobiliza as mulheres para o mercado informal, no entanto, conforme Jorge (2011) poucos postos de trabalhos arriscados de maior remuneração estão disponíveis para as mulheres, por serem estes, masculinizados. As atribuições sociais da mulher podem interferir na continuidade no mercado de trabalho, e assim ao preverem esta descontinuidade, empresários priorizam os investimentos na formação de trabalhadores do sexo masculino, isto influencia no sentido de que, ainda que houvesse oferta de mão-de-obra significativa por parte de trabalhadoras amantes do risco, a demanda por tal mão-de-obra seria limitada.

Outro aspecto é a dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher pela qual a maioria das mulheres adultas precisa conciliar seu trabalho produtivo com o papel materno e as atividades exercidas em casa, considerando que os homens pouco costumam atuar na esfera doméstica. Desta forma, o trabalho informal se estabelece como um caminho de conciliação destes papéis exercidos por elas. Entre as mulheres das classes populares, há aquelas que exercem uma tripla jornada considerando o trabalho comunitário exercido geralmente em seu tempo livre, como atividades de eventos e serviços sociais, e etc., que, para Küchemann (2000), são uma extensão do trabalho reprodutivo exercido no lar, trabalho do tipo voluntário e não remunerado.

Segundo Cordeiro (2011) a tarefa de conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares e domésticas pode limitar a disponibilidade das mulheres no mercado de trabalho, mas não impedem sua atuação. No entanto, aspectos como o preço-sombra referente ao custo de entrada no mercado de trabalho, questões em volta de quem cuidará dos filhos, custos de deslocamento e acessibilidade (mobilidade urbana) acabam influenciando na decisão da mulher de inserir-se no mercado informal.

De acordo com Kon (2004), as características sociais do trabalhador como gênero, raça, escolaridade, idade, experiência, entre outras, são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário. Desta forma, as características históricas do trabalhador podem se apresentar como um impasse para a mudança nas condições de trabalho e rendimento, em decorrência da perpetuação de hábitos ou devido ao preconceito. Segundo a autora, a condição feminina apresenta os maiores índices de segmentação e informalidade desvantajosas.

Torna-se necessário – tendo já sido expostos os aspectos da informalidade mais tendenciosamente como um caminho de sobrevivência e não de oportunidades como mais característico da mão-de-obra feminina – identificar se os dados recentes apontam para esta afirmação e como a dinâmica econômica pode influenciar neste sentido.

4. METODOLOGIA

A presente seção aborda a metodologia do estudo. O primeiro item explicita o método, tipo de pesquisa e a abordagem utilizados ao longo da análise. O segundo item, por sua vez, apresenta o modelo analítico da pesquisa, seguido da terceira etapa que traz a base de dados utilizada e detalhamento das variáveis para a aplicação dos métodos mencionados.

4.1. MÉTODOS CIENTÍFICOS

Marconi e Lakatos (2003) definem o método científico como o conjunto de atividades estruturadas e racionais que esboçam o caminho pelo qual um pesquisador segue para alcançar os objetivos estabelecidos. Para alcançar os objetivos propostos nesse trabalho a pesquisa segue por um raciocínio indutivo, que parte de dados ou observações particulares para chegar a proposições gerais.

Segundo Menezes e Silva (2001), no método indutivo, a partir da observação de casos específicos sobre o fenômeno analisado, o pesquisador pode chegar a uma lei geral a respeito de determinado fenômeno, seguindo algumas etapas de procedimento: observação do fenômeno; elaboração de classificações a partir da relação dentre fenômenos; construção de “verdades provisórias” (hipóteses) a partir das relações identificadas; verificação das hipóteses; construção de generalizações e confirmação das hipóteses para estabelecer as leis gerais sobre os fenômenos. Portanto, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), o objetivo do método indutivo é levar a conclusões cujo teor é muito mais abrangente do que o das premissas nas quais se basearam. Este método aplica-se a esse trabalho, pois partindo da observação do fenômeno da informalidade, serão escolhidas variáveis para serem analisadas ao entorno dos trabalhadores definidos como informais e partiremos posteriormente para estabelecer generalizações, ou seja, provar as hipóteses.

O tipo de pesquisa aplicado a esse trabalho pode ser caracterizado como exploratória-descritiva. Exploratória, porque o objetivo da pesquisa, com base em Gil (2008), é desenvolver ou esclarecer conceitos a respeito de um determinado tema, resultando em hipóteses e problemas melhor elaborados e que possam servir de base para estudos posteriores, e descritiva, visto vez que também tem o objetivo de descrever as características de um fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis.

Além de realizar uma pesquisa descritiva ao fenômeno da informalidade para buscar compreender o seu comportamento, uma pesquisa exploratória pode aprimorar o debate sobre o tema visando uma melhor definição de conceito e maior precisão das hipóteses de como o gênero é um fator relevante na discussão a respeito da participação do mercado de trabalho informal brasileiro.

A abordagem do trabalho é quantitativa, tendo em vista que enquanto se descreve o fenômeno da informalidade inserindo o recorte por sexo e entender a sua complexidade, configuração e causas, também será feita uma análise dos dados que o envolvem e expressam o seu perfil. Com base em Prodanov e Freitas (2013), trata-se da análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas capazes de propor resultados detalhados do objeto de estudo e sua estrutura. Este tipo de abordagem é adequado ao que é proposto nesta pesquisa, pois o objetivo está em levantar resultados com precisão e evitar contradições no processo de análise e interpretação.

A primeira etapa do trabalho consistiu no levantamento bibliográfico de livros, artigos e dissertações que tratem sobre informalidade no Brasil que possibilitou a construção do referencial teórico e as próximas etapas trarão a elaboração de uma pesquisa descritiva e a utilização do modelo econométrico, o Probit, conforme se segue.

4.2. MODELO ANALÍTICO: O PROBIT

O modelo econométrico proposto na análise é o Probit, que se trata de um modelo de estimação utilizado com o intuito de explicar o comportamento de variáveis dependentes do tipo binária. Neste modelo a variável dependente pode assumir dois valores: 1 (um) se o trabalhador possui emprego informal e 0 (zero) se o trabalhador possui emprego formal.

O modelo será utilizado para identificar no campo das probabilidades como as variáveis escolhidas influenciam sobre a inserção e participação no mercado de trabalho informal.

Conforme detalha Gujarati (2011), para explicar o comportamento de variáveis dependentes dicotômicas, ou seja, variáveis qualitativas nas quais só há uma resposta do tipo sim ou não, pode ser utilizada uma função de distribuição acumulada normal, onde a variável “X” segue uma distribuição normal.

O aspecto que permeia este modelo de probabilidade, então, é a da não linearidade na relação entre P_i e X_i , ou seja, $P_i = E(Y=1/X_i)$ aproxima-se de zero a taxas cada vez menores à

medida em que X_i fica menor e aproxima-se de 1 a taxas cada vez maiores à medida em que X_i aumenta bastante.

O modelo pode ser derivado de um modelo de variável latente subjacente (I_i), isto é, depende de um índice de utilidade, variável não observada, explicada por fatores e características individuais (X_{ki}) que são definidas para cada indivíduo i .

Assume-se desta forma:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki} \quad (1)$$

A variável I_i determinará, em conjunto com o valor de y , a ocorrência ou não do evento. Neste trabalho, pretende-se analisar as variáveis e de que forma estas afetam a probabilidade de qualquer indivíduo ser informal, averiguando se as mulheres têm maiores chances de possuírem um emprego informal.

Considerando a existência de limite denominado I_i^* (valor crítico) que mantenha as probabilidades no intervalo $[0, 1]$, se I_i for maior que I_i^* , tem-se que o trabalho é informal, ocorrendo o contrário, o trabalho é formal.

Com a hipótese de normalidade, a probabilidade de $I_i^* \leq I_i$ (valor latente ser maior ou igual ao valor crítico) pode ser descrita numa função de probabilidade acumulada normal padronizada da seguinte forma:

$$P_i = P(Y=1/X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) \quad (2)$$

Pelo qual $P(Y=1/X)$ é a probabilidade condicional de o emprego ser informal dadas as variáveis explicativas X_i e Z_i . Seguindo a distribuição normal, característica do modelo Probit, $Z \sim N(0, \sigma^2)$. F é a função de probabilidade acumulada normal padrão.

Os efeitos marginais dos regressores serão mensurados de forma que a cada variável explicativa seja possível analisar a mudança marginal sobre a probabilidade de ser informal. Como se segue:

$$\frac{\partial \text{Prob}(y=1)}{\partial x} = f(Z_i) \cdot \beta e^{\frac{\partial \text{Prob}(y=0)}{\partial x}} = -f(Z_i) \cdot \beta \quad (3)$$

Onde: β mensura a mudança na probabilidade de sucesso quando X_i muda, permanecendo fixos os outros fatores, assim, a $\text{Prob}(y=1)$ cresce se o coeficiente da variável for positivo, e diminui se for negativo, inversamente para $\text{Prob}(y=0)$.

4.3 BASE DE DADOS E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

O trabalho traz uma pesquisa descritiva, onde foram utilizados os dados agregados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) anual para os anos de 2012 a 2019 para o Brasil, considerando como informais os empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira assinada, trabalhador por conta própria não contribuinte da previdência social, empregador não contribuinte da previdência social e trabalhador familiar auxiliar. A escolha do período analisado se justifica por englobar desde os anos que precederam quanto os anos de agravamento da crise político-econômica a partir de 2014 e assim conseguir um panorama do cenário pré-crise e o período do seu acirramento.

Já para executar o Probit foram utilizados os microdados também da PNADC para o ano de 2019, extraídos e executados no Stata 17.0, software de pacote estatístico.

As variáveis utilizadas no Probit são apresentadas e descritas no Quadro 1, a seguir, onde em resumo: a variável dependente será o tipo de ocupação (se informal ou não) e as variáveis explicativas englobam: sexo, estado civil, se chefe de domicílio, idade, nível de instrução, renda do trabalho principal, área de domicílio, grupos de atividades e cor ou raça. Vejamos:

Quadro1 – Descrição das Variáveis do modelo

Variáveis Explicativas	Nomenclatura no modelo		Descrição
Sexo	<i>sexo</i>	Variável binária que indica o gênero do indivíduo	0 Se Homem; 1 Se Mulher
Estado Civil	<i>est_civil</i>	Variável binária que indica o estado civil do indivíduo	0 Se solteiro; 1 Se casado
Chefe de Família	<i>chefe_fam</i>	Variável binária que indica a condição domiciliar do indivíduo	0 Se não é chefe de família; 1 Se chefe de família
Idade	<i>idade</i>	Variável não binária que indica a idade (em anos) do indivíduo na data de referência	Assume valores de 0 a 130
Nível de Instrução	<i>instrução</i>	Variável multinomial que indica o grau de instrução do indivíduo	0 Se sem instrução e menos de 1 ano de estudo 1 Se possui nível fundamental incompleto ou equivalente 2 Se possui nível fundamental completo ou equivalente 3 Se possui nível médio incompleto ou equivalente 4 Se possui nível médio completo ou equivalente 5 Se possui nível superior incompleto ou equivalente 6 Se possui nível superior completo
Renda	<i>renda</i>	Variável que indica a renda mensal efetiva do trabalho principal do indivíduo	em R\$
Área do domicílio	<i>area</i>	Variável binária que indica a área do domicílio do indivíduo	0 Se residente em zona rural; 1 Se residente em área urbana
Grupos de atividades econômicas	<i>setor</i>	Variável multinomial que indica o grupo de atividades econômicas em que o indivíduo era ocupado	0 Se trabalha no setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura 1 Se trabalha no setor de Indústria geral 2 Se trabalha no setor Construção 3 Se trabalha no setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas 4 Se trabalha no setor Transporte, armazenagem e correio 5 Se trabalha no setor de Alojamento e alimentação 6 Se trabalha no setor de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas 7 Se trabalha no setor de Administração pública, defesa e seguridade social 8 Se trabalha no setor de Educação, saúde humana e serviços sociais 9 Se trabalha em Outros Serviços 10 Se trabalha no setor de Serviços domésticos 11 Se trabalha em Atividades mal definidas

Cor ou raça	<i>cor</i>	Variável multinomial que indica a cor ou raça do indivíduo	0 Se branca 1 Se preta 2 Se Amarela ou parda 3 Se indígena
Variável Dependente	Nomenclatura no modelo		Descrição
Ocupação	<i>informal</i>	Variável Binária criada através da soma dos ocupados sem carteira assinada e não contribuintes da previdência	0 Se formal; 1 Se informal

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

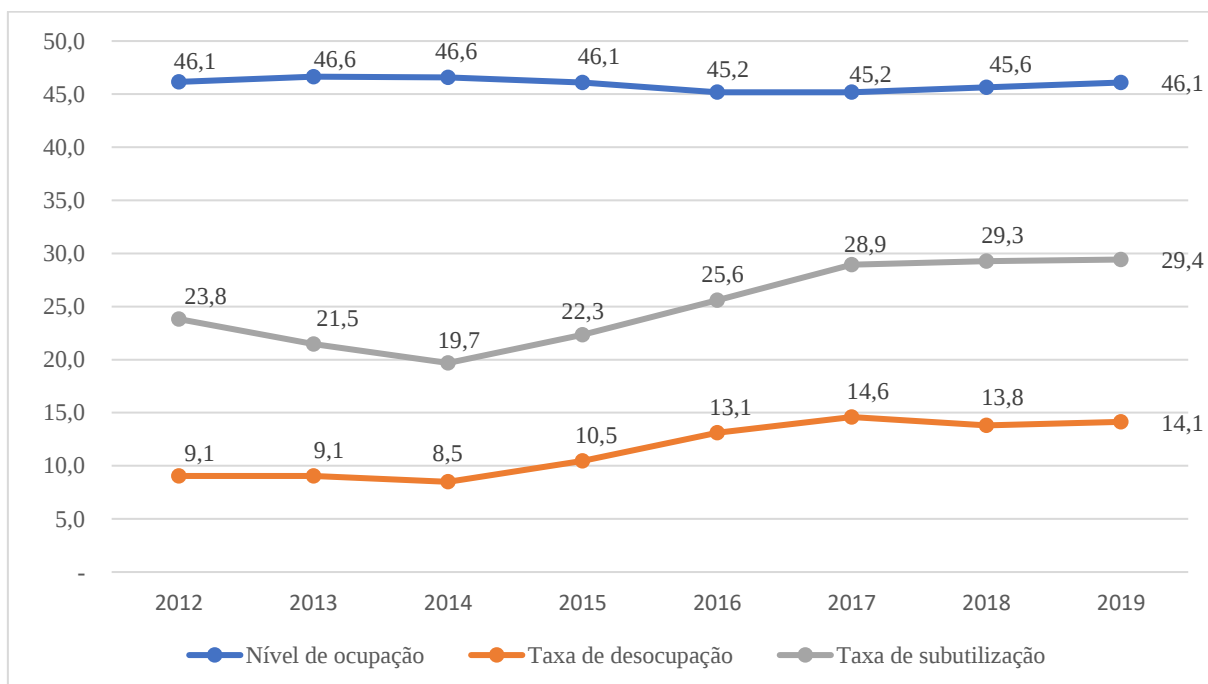
A primeira seção deste capítulo traz os resultados da análise descritiva a respeito das variáveis abordadas neste trabalho, buscando relacioná-los aos efeitos da dinâmica econômica atual. Já a segunda parte aborda os resultados da estimação do modelo Probit, analisando as variáveis que impactam na probabilidade de inserção dos trabalhadores brasileiros na informalidade, bem como demonstrando se as mulheres são as mais afetadas pelo fenômeno.

5.1. ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Através dos aspectos da estrutura econômica brasileira e dos resultados relacionados à evolução de sua dinâmica é possível analisar como as mudanças ocorridas influem sobre o mercado de trabalho. Conforme os dados da PNAD Contínua de 2019, cerca de 52,5% da população em idade ativa era de mulheres, no entanto, elas representavam 45,1% da força de trabalho brasileira enquanto a força de trabalho masculina correspondia a 54,9%.

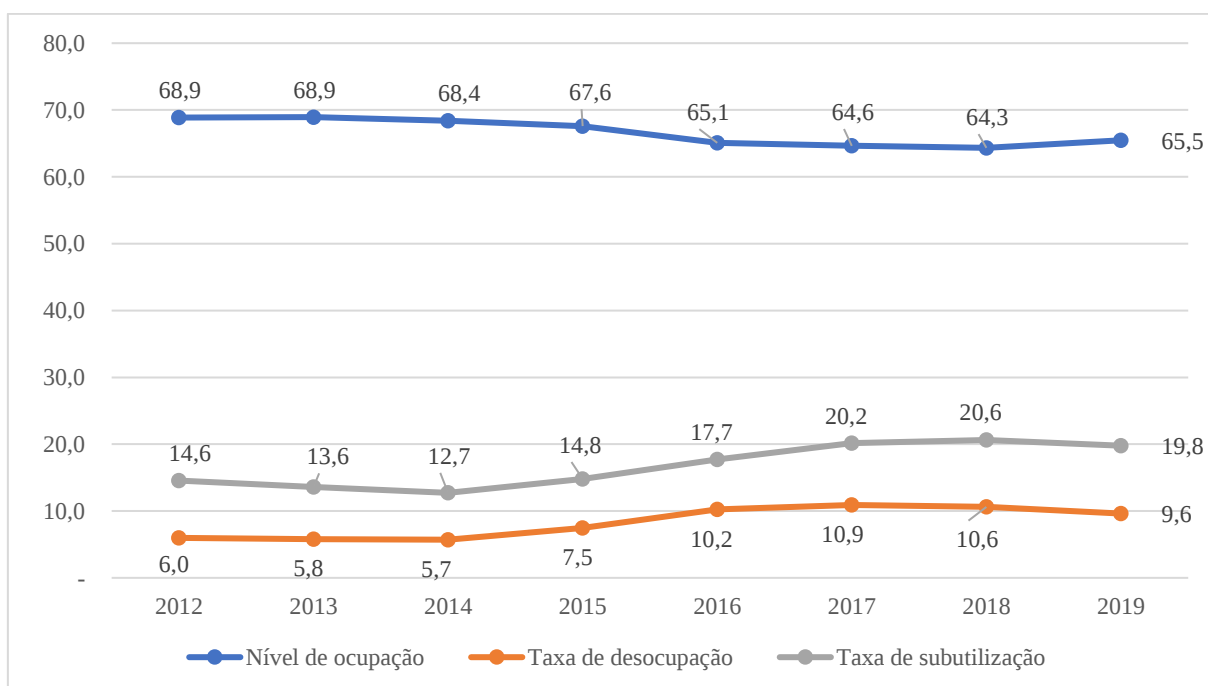
Abordando os níveis de ocupação, taxa de desocupação e subutilização da mão-de-obra feminina e masculina, os Gráficos 3 e 4 mostram, com base nos dados do período de 2012 a 2019, que a média dos níveis de ocupação feminina era de 45,94% enquanto o mesmo dado para os homens era de 66,66%, cerca de 20 p.p. maior do observado para elas. É possível detectar ainda dois momentos bastante distintos: entre 2012 e 2014, o Brasil vivenciou o crescimento da população ocupada total e a partir de 2015, no entanto, tais resultados foram revertidos com a queda expressiva do número de ocupações formais e o aumento do número de trabalhadores informais, como veremos mais à frente. Entre 2014 e 2017 o número de desocupados cresceu para ambos os sexos, alcançando seu pico em 2017 com 14,6% para mulheres e 10,9% para homens, no entanto, os dados apontam que a desocupação é um problema que atinge mais fortemente as mulheres brasileiras, conforme pode ser observado a seguir:

Gráfico 3 - Mulheres na força de trabalho (2012 a 2019)



Fonte: PNAD Contínua

Gráfico 4 - Homens na força de trabalho (2012 a 2019)



Fonte: PNAD Contínua

Estes resultados mostram que o mau andamento do mercado de trabalho brasileiro no período recente explicado, essencialmente, pela crise econômica e política ocorrida no país a partir de 2014/2015 e pela reforma trabalhista de 2017, responsável pela flexibilização de leis

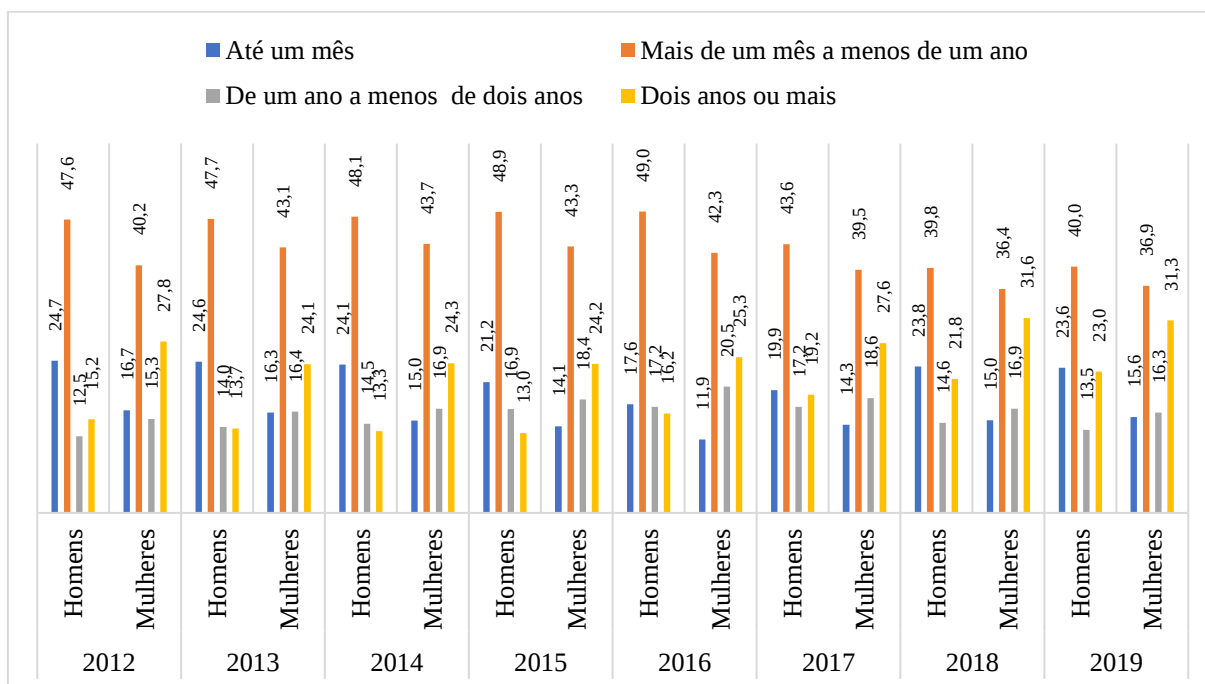
trabalhistas, introdução de novas formas de contratação com menos garantias ao trabalhador, tem afetado mais fortemente as mulheres.

Uma característica observada da mão-de-obra feminina é o seu alto nível de subutilização³. Calculada através da soma da população desocupada com a situada na força de trabalho potencial (situação de desalento e indisponibilidade), a subutilização alcançou 15,6 milhões de mulheres, ou seja, aproximadamente 30% da força de trabalho feminina ampliada em 2019. Já no caso dos homens, a subutilização foi menor em termos absolutos (12,3 milhões) e também em termos proporcionais à força de trabalho ampliada masculina (19,8%), comportamento explicado pela ocorrência de menor taxa de desocupação, subocupação e a da força de trabalho potencial dos homens em relação às mulheres.

Os dados expostos no gráfico 5 mostram que as pessoas estão passando mais tempo sem trabalhar e à procura de emprego, dado observado através do crescimento do número de trabalhadores na faixa de dois anos ou mais de procura entre 2012 e 2019, no entanto, a proporção de mulheres ainda é maior que a de homens nesta situação, 31,3% para elas e para homens, 23% - aspecto que pode reafirmar sua maior dificuldade de entrada e/ou reinserção no mercado de trabalho formal.

³Segundo o IBGE, a **Subutilização da Força de trabalho** (*labour underutilization*) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação (*unemployment*), que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação (*employment*). Relação entre Subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial e a Força de Trabalho ampliada.

Gráfico 5 - Tempo sem trabalhar e procurando emprego – 2012 a 2019



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, consolidado de primeiras entrevistas.

Gorayeb *et al* (2019) avaliam que, de certa forma, muitas mulheres estão fora da força de trabalho involuntariamente, considerando que grande número delas está em situação de desalento (que gostariam de trabalhar, mas não puderam realizar esforços para buscar uma ocupação naquele período) ou está indisponível (empreenderam esforços na procura por trabalho, mas não estão disponíveis para as ofertas de trabalho existentes), componentes da “força de trabalho potencial”.

A PNAD Contínua, através de pesquisa, consegue mensurar em termos de força de trabalho potencial, as características da procura de trabalho e as razões apresentadas pelos indivíduos que motivaram a não procura ou contratação em um emprego. Conforme apresentado na tabela abaixo, entre as mulheres que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência (95,9% das entrevistadas), as duas razões que mais pesam na decisão é a indisponibilidade de trabalho na localidade (33,7%) e os cuidados com afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s) (20,4%). Dos homens que não tomaram providência para conseguir trabalho no mês de referência (96,1% dos entrevistados), 43,3% também responderam não haver trabalho na localidade e 17% citaram outros motivos.

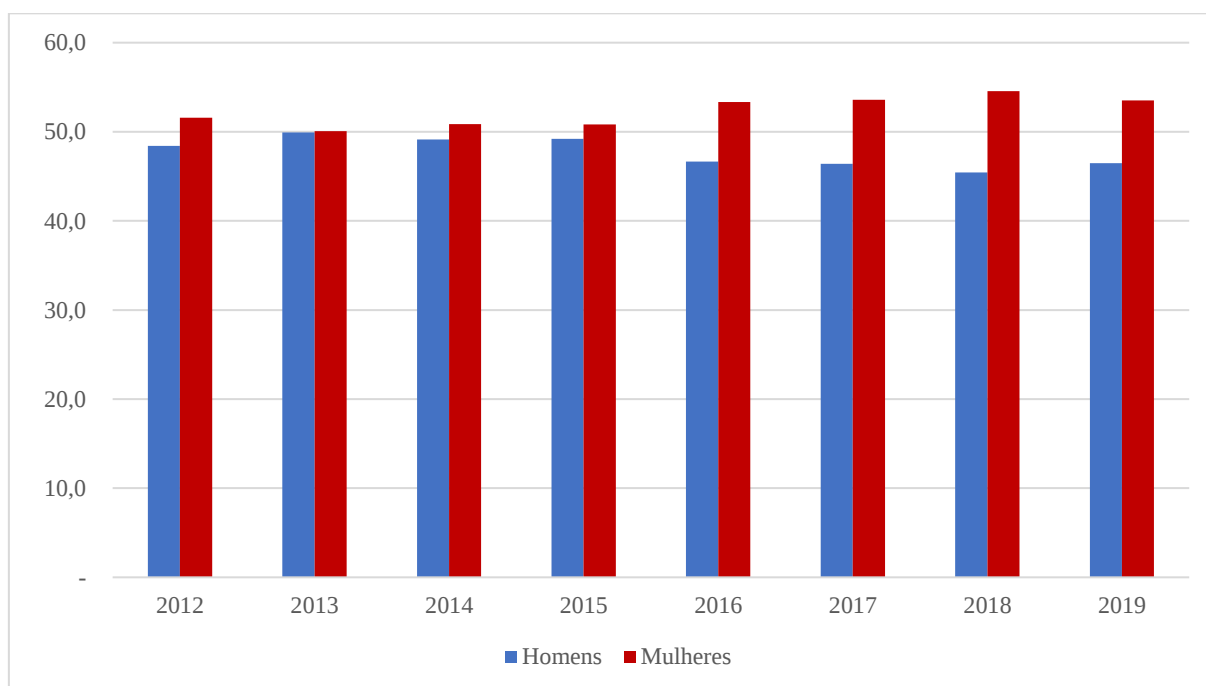
Tabela 2- Pessoas na força de trabalho potencial, segundo procura de trabalho no mês de referência e principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho, por sexo - 2019

Providência para conseguir trabalho no mês de referência	Homem	Mulher
	%	%
Total	100,0	100,0
Não tomou providência para conseguir trabalho no mês de referência	96,1	95,9
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	6,5	4,2
Não conseguia trabalho adequado	10,9	9,3
Não tinha experiência profissional ou qualificação	4,9	4,5
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	6,6	5,2
Não havia trabalho na localidade	43,3	33,7
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	2,1	20,4
Por problema de saúde ou gravidez	4,8	5,5
Outro motivo	17,0	13,3
Tomou providência para conseguir trabalho, mas não estava disponível para começar a trabalhar	3,9	4,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019, consolidado de primeiras entrevistas.

Quando olhamos para a população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas, torna-se visível que os números sobressaem para as mulheres. Em 2019, 53,5% da subocupação por esta motivação era de mulheres, enquanto para os homens o percentual era de 46,5%, isto significa que o número de pessoas ocupadas com uma jornada de menos de 40 horas semanais, mas que gostariam de trabalhar em um período maior somadas às pessoas desocupadas é maior para a população feminina.

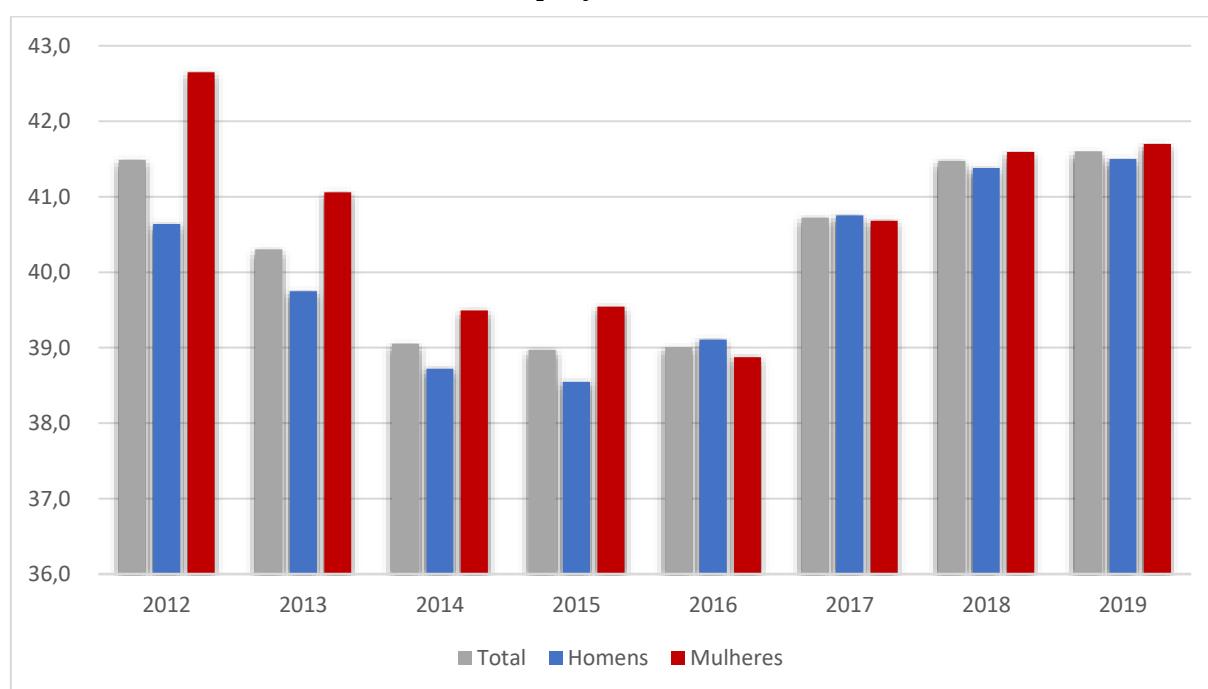
Gráfico 6 – Distribuição da população subocupada por insuficiência de horas



Fonte: PNAD Contínua

Analisando especificamente a população ocupada informal, o Gráfico 7 mostra que entre 2012 e 2015 houve queda no número de ocupados informais de ambos os sexos, no entanto, a partir de 2016 o comportamento inverte voltando a crescer ininterruptamente. É de destaque que as mulheres detêm maior proporção de informais em relação ao observado para os homens (em 2012 a informalidade feminina detinha cerca de 42,6% da população ocupada feminina total), com exceção de 2016 e 2017, porém, outro comportamento observado é que a proporção dos informais de ambos os sexos é semelhante: em 2019, por exemplo, a diferença entre eles era de apenas 0,2 p.p.

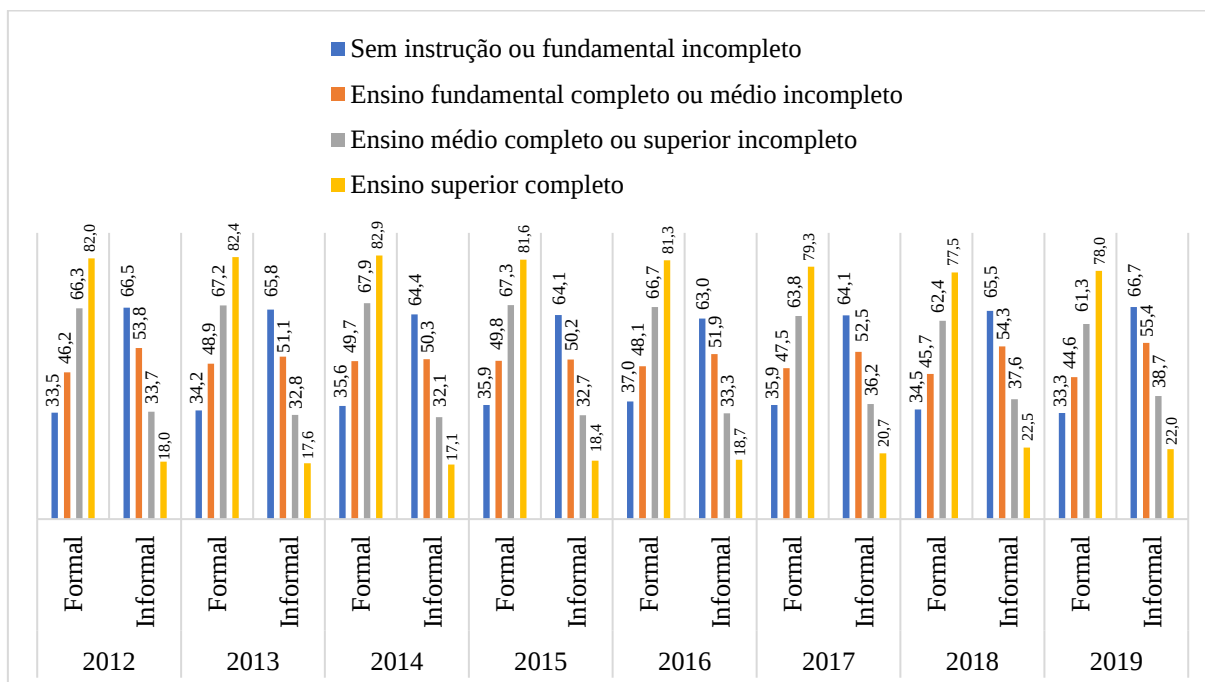
Gráfico 7 - Proporção de Trabalhadores informais



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2012 a 2019

Olhando para o perfil destes trabalhadores informais brasileiros, um fator se destaca: os níveis de instrução. Conforme vimos anteriormente, Küchemann (2000) relata que os baixos níveis de escolaridade e pouca preparação profissional, fator que diminui seu potencial de ação e as concentra em atividades reduzidas, é uma característica que marca a mão-de-obra informal feminina. Observemos os gráficos a seguir:

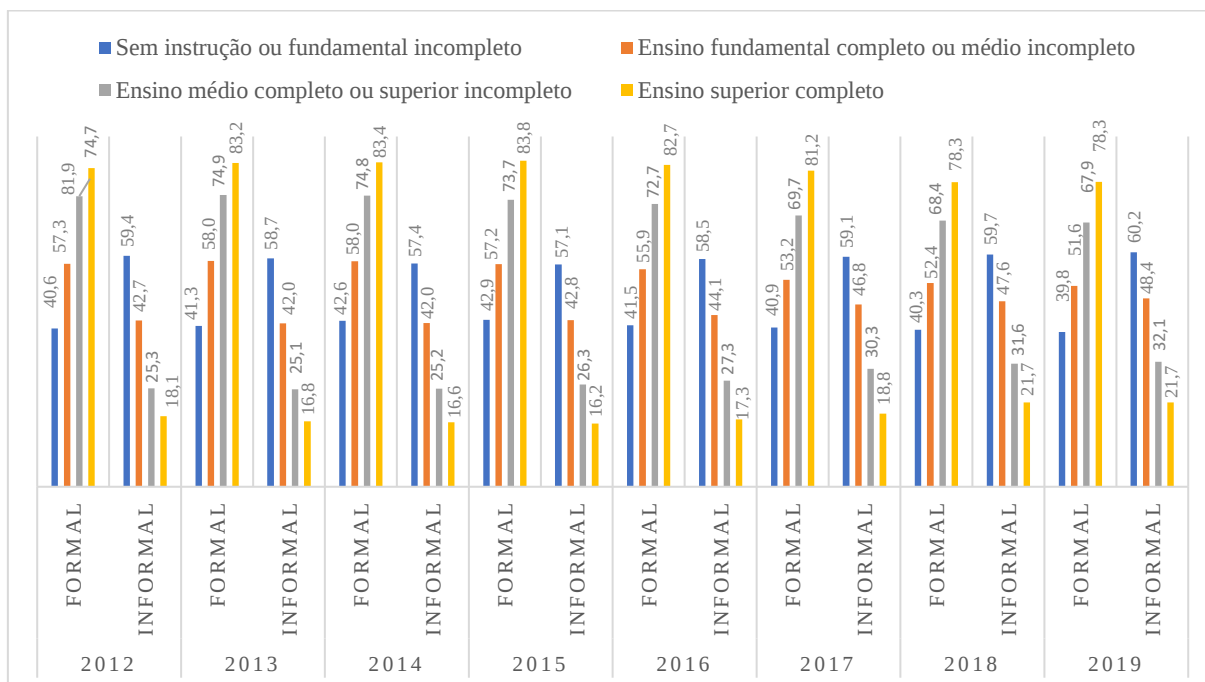
Gráfico 8 - Nível de Instrução dos trabalhadores formais e informais mulheres (%) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua

O gráfico acima aponta que a informalidade atingiu 66,7% das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental e 55,4% daquelas que tinham o ensino fundamental completo ou médio incompleto em 2019. De fato, comprova-se que o perfil da trabalhadora informal é de menor instrução e atinge mais fortemente estas duas categorias em específico. Vejamos a mesma análise para o perfil masculino com o gráfico a seguir:

Gráfico 9 - Nível de Instrução dos trabalhadores formais e informais homens (%) - 2012 a 2019

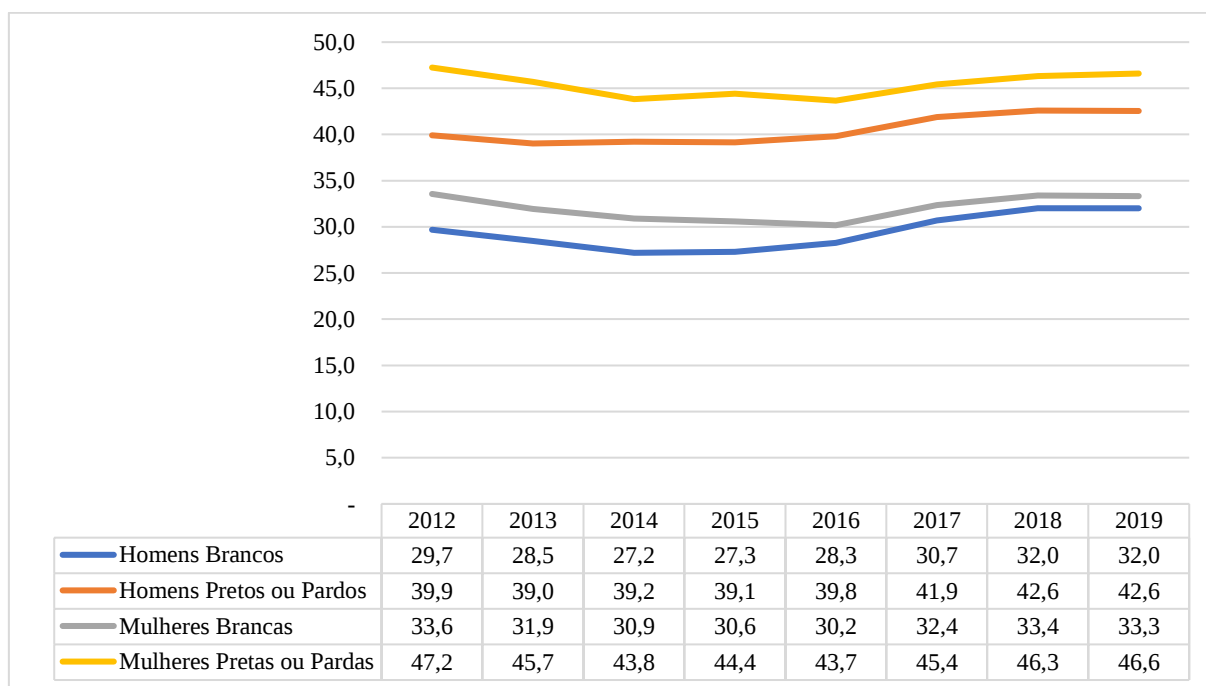


Fonte: PNAD Contínua

Analisando o perfil dos homens informais, os dados mostram uma diferença em relação ao perfil feminino: a informalidade só atinge a maioria dos homens sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (60,2% em 2012), a partir da categoria de trabalhadores com ensino fundamental completo ou médio incompleto, eles já são maioria entre os formais, enquanto as mulheres só ganham representatividade com ensino médio completo a superior completo, comportamento observado em todos os anos da análise.

Incluindo o recorte por cor e raça, os dados expostos no gráfico 10 tornam perceptível que este também é um fator que influencia no comportamento da informalidade ao se verificar que as mais atingidas pela informalidade são as mulheres pretas ou pardas enquanto em 2019 o percentual destas era de 46,6%, os menos afetados pela informalidade não agrícola são os homens brancos, o que aponta a necessidade de analisar mais profundamente os dados segundo estes recortes, dado que estes fatores se apresentam como relevantes na discussão.

Gráfico 10 - Proporção de ocupados em trabalhos informais, em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, por sexo, raça e cor.



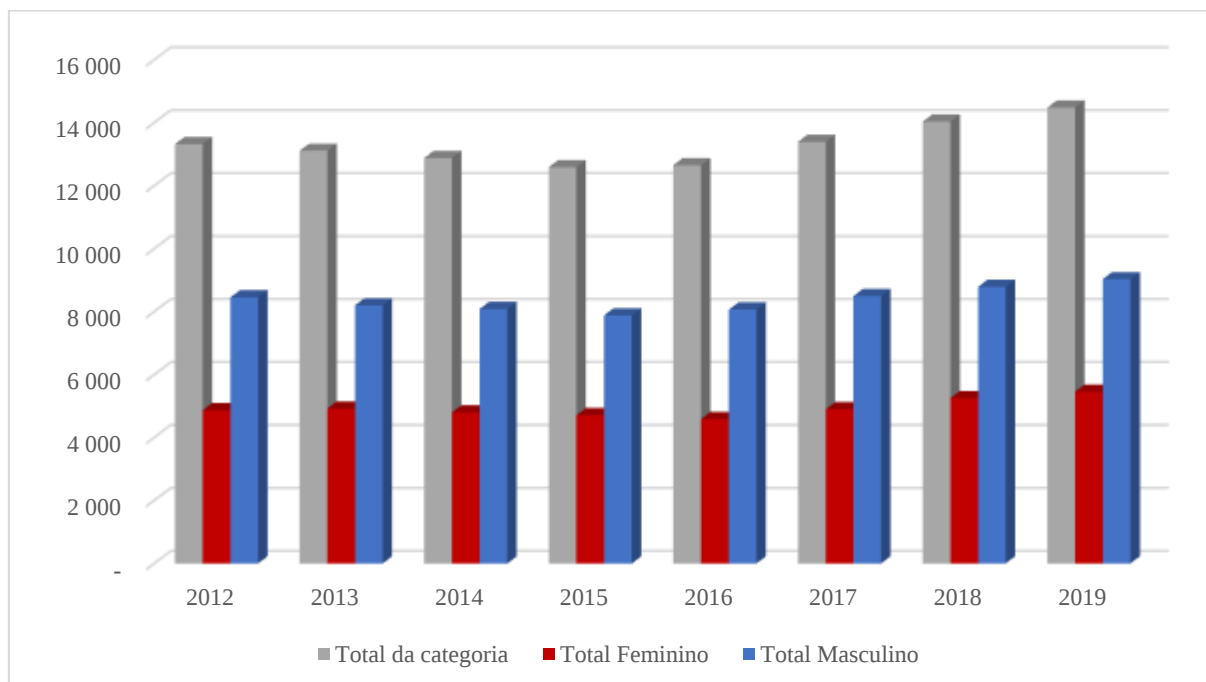
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2012 a 2019

No sentido de aprofundar a análise, torna-se necessário olhar para cada categoria que compõe os informais brasileiros.

Olhando para cada categoria e comparando entre os sexos, identifica-se que entre os empregados sem carteira de trabalho assinada há um crescimento do número total a partir de 2016. O acentuamento da ocupação sem carteira de trabalho assinada pode estar relacionado à redução dos postos formais no período de crise econômica e política que atinge o Brasil mais fortemente a partir de 2015.

Num comparativo entre homens e mulheres, em termos absolutos, o Gráfico 11 mostra que do total neste tipo de ocupação em 2019, isto é, 14,482 milhões, cerca de 9 milhões eram homens e 5,455 milhões eram mulheres.

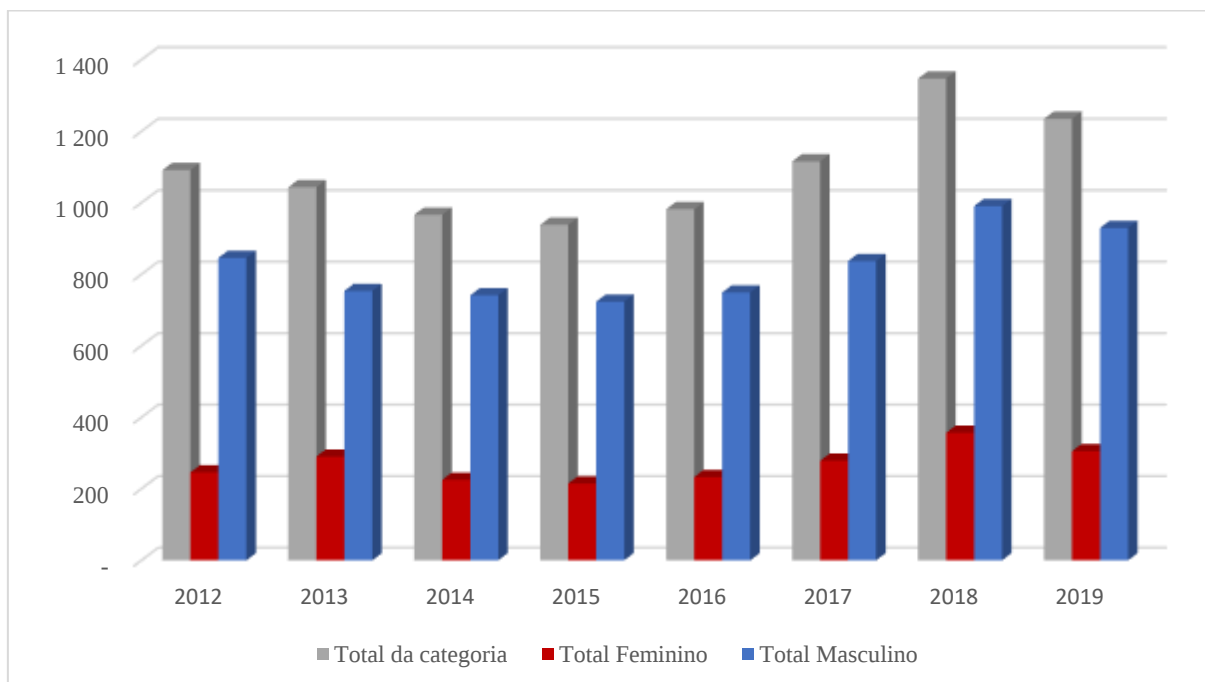
Gráfico 11 - Empregados Sem Carteira, por sexo, por posição na ocupação informal–
2012 a 2019 - valores absolutos (1 000)



Fonte: PNAD Contínua

Olhando para a categoria de empregadores não contribuintes, aqueles que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, observa-se, com o Gráfico 12, que o pico da categoria foi em 2018 e a maior proporção é também de homens – comportamento observado em todos os anos. Em 2019, mais de 75% dos empregadores informais eram homens. Vejamos abaixo:

Gráfico 12 - Empregador não contribuinte, por sexo, por posição na ocupação informal – 2012 a 2019 - valores absolutos (1 000)

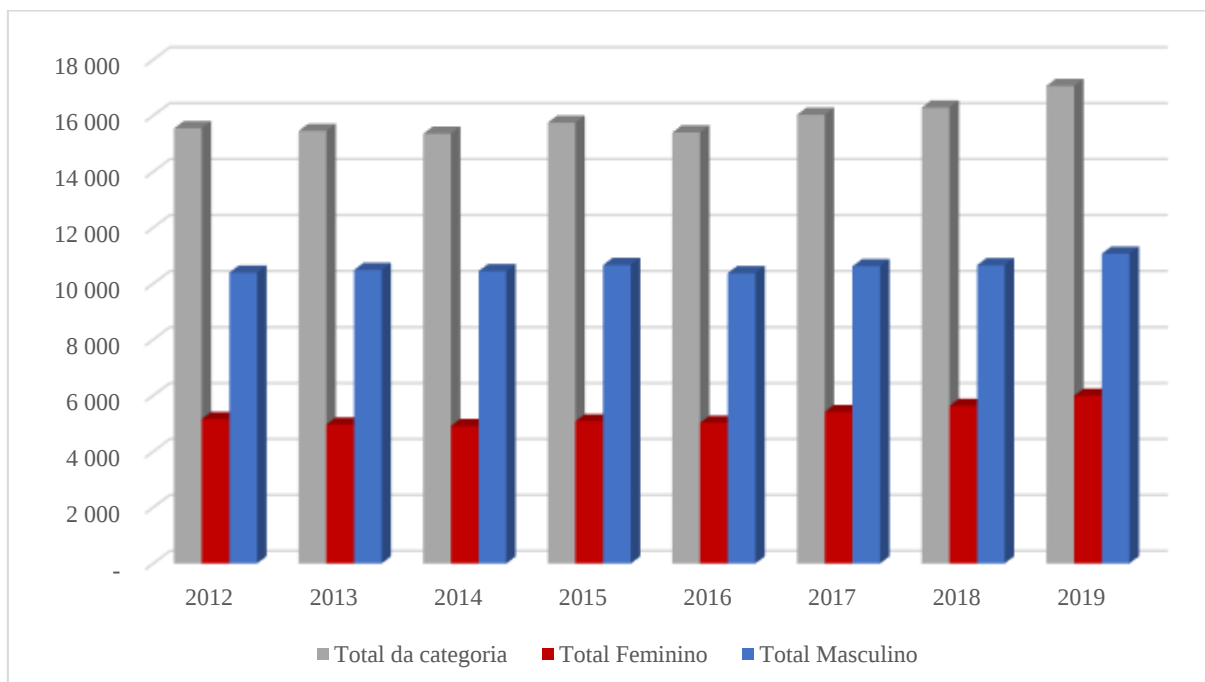


Fonte: PNAD Contínua

Entre os trabalhadores por conta própria o comportamento se repete: os homens englobam maioria absoluta da categoria. Conforme o Gráfico 13, do total de informais em 2019, 17.060 milhões, cerca de 11 milhões eram homens e apenas cerca de 6 milhões eram mulheres.

Estes trabalhadores são definidos pelo IBGE como as pessoas que exploram “o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar”, englobando desde o camelô ao profissional liberal altamente qualificado que realiza consultorias para grandes empresas.

Gráfico 13 - Conta própria não contribuinte, por sexo, por posição na ocupação informal – 2012 a 2019 - valores absolutos (1 000)

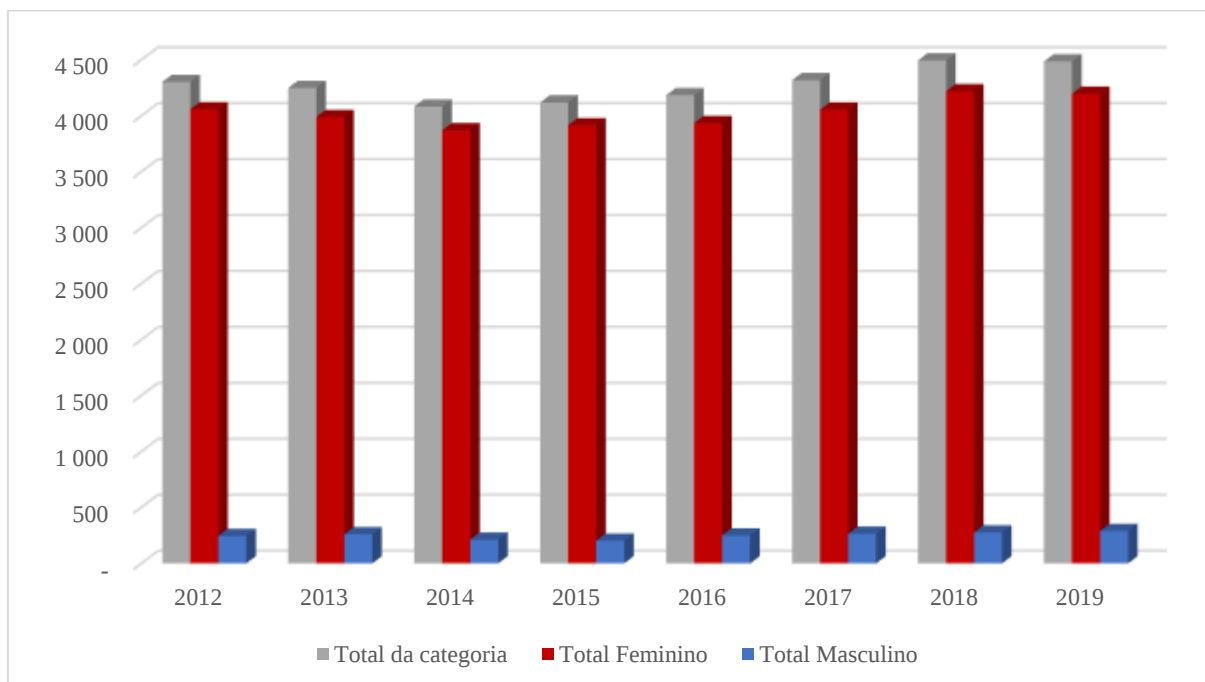


Fonte: PNAD Contínua

Os comportamentos detectados nos gráficos 14 e 15 apontam diretamente o que foi abordado a partir de Küchemann (2000) no capítulo 3: grande parte das trabalhadoras do setor urbano informal não consegue ir para a informalidade para abrir um negócio/empreendimento ou para obter maiores ganhos, sua renda não representa a principal fonte de sustento das famílias, por isso os dois próximos gráficos que abordam os trabalhadores domésticos sem carteira e os trabalhadores auxiliares domésticos, respectivamente, mostram que estas são as duas categorias das ocupações informais mais ocupadas por mulheres.

É destaque que o número total de trabalhadores domésticos informais tem crescido desde 2014. Dos quase 4,5 milhões de trabalhadores deste tipo em 2019, cerca de 4,2 milhões eram mulheres.

Gráfico 14 - Trabalhador Doméstico sem carteira, por sexo, por posição na ocupação informal – 2015 e 2019 - valores absolutos (1 000)

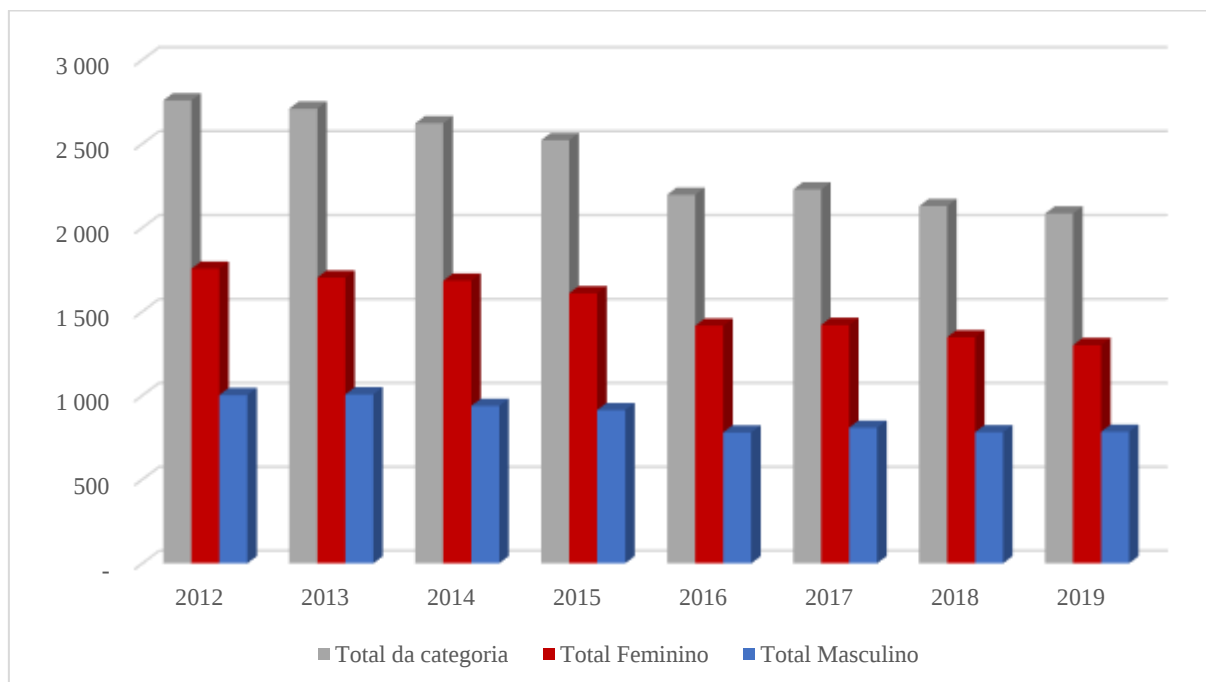


Fonte: PNAD Contínua

Os dados da PNAD Contínua mostram ainda que, com o acentuamento da crise a partir de 2015, o número de pessoas que trabalhavam auxiliando familiares sem receber remuneração vem caindo. Entre estes, citam-se as pessoas que normalmente apoiam outros familiares em seu negócio, uma filha que acompanha a mãe empregada doméstica em seu trabalho ou um jovem que ajuda um irmão como servente. Esta queda geral pode ser explicada pela busca por trabalho remunerado como uma necessidade de complementação familiar mediante a crise.

O número de trabalhadores desta categoria é maior entre as mulheres, 1,3 milhões de mulheres para 784 mil homens em 2019, conforme observa-se no gráfico a seguir:

Gráfico 15 - Trabalhador Auxiliar Familiar, por sexo, por posição na ocupação informal– 2015 e 2019 - valores absolutos (1 000)



Fonte: PNAD Contínua

Agora, não mais comparando entre os sexos e somente olhando para a composição das ocupações informais femininas, identifica-se que o maior peso na composição é representado pelo trabalho por conta própria, mesmo comportamento observado para homens. Vale mencionar também o emprego sem carteira assinada, destacado pela elevada participação em todos os anos da série.

Tabela 3 - Posição na Ocupação Informal Feminina – 2012 a 2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Informal	16 084	15 860	15 489	15 531	15 191	16 064	16 802	17 250
Empregado sem carteira	4 867	4 916	4 797	4 709	4 585	4 898	5 250	5 455
Trabalhador doméstico sem carteira	4 058	3 988	3 871	3 915	3 934	4 055	4 220	4 196
Conta própria não contribuinte	5 158	4 964	4 913	5 083	5 023	5 412	5 628	5 993
Empregador não contribuinte	246	290	225	215	233	279	357	305
Trabalhador familiar auxiliar	1 755	1 702	1 684	1 609	1 416	1 420	1 347	1 300

Fonte: PNAD Contínua

Quando se trata das atividades econômicas, alguns comportamentos são observados, entre eles a diferente distribuição entre os sexos.

Numa comparação entre homens e mulheres em relação à quantidade de trabalhadores informais nos subsetores, a proporção de homens só é maior: na construção, pelo qual o percentual de informais era de 65,6% para homens e 36,7% mulheres em 2019; no transporte e armazenamento, 41,7% e 26,9% para homens e mulheres, respectivamente e no subsetor de informação, financeira e outras atividades profissionais, 25,7% e 23% para homens e mulheres, respectivamente. É necessário destacar que há crescimento dos números de informais de ambos os sexos na maioria dos subsetores principalmente a partir de 2015/2016.

Outra peculiaridade observada é em relação ao subsetor de comércio e reparação, onde a quantidade de trabalhadores informais cai para ambos os sexos nos anos iniciais do período analisado. O número de informais do sexo masculino ultrapassou o observado para as mulheres somente em 2018 e se estabilizou em patamar parecido para ambos os sexos em 2019.

Entre os subsetores com maior proporção de mulheres destaca-se a agropecuária, onde a quantidade de informais caiu entre 2012 e 2019. No último ano observado, 73,8% das mulheres participantes do setor eram informais e o percentual de homens para esse dado era de 65,5%. Já na indústria, essa proporção era de 38,5% para mulheres e 23,5% para homens.

Outro subsetor marcado pela maior informalização para as mulheres é a administração pública, educação, saúde e serviços sociais com 23,3% de mulheres e 21% de homens, além de serviços domésticos com 73,5% de mulheres e 60,6% de homens na informalidade em 2019. Em outros serviços e no subsetor de alojamento e alimentação a composição de informais também é maior para mulheres, mas com quantidades mais aproximadas entre os sexos.

Segundo Stehling (2019), a disposição diferente de informais entre os sexos nos subsetores se dá porque a segregação social é uma das características mais marcantes do mercado informal, desta forma, as áreas são predominantemente compostas por certos grupos de trabalhadores, como no caso do setor de serviços, onde predomina a participação da mulher, enquanto em alguns subsetores como o de construção civil predomina a mão-de-obra masculina.

Vejamos os gráficos abaixo:

Gráficos 16 a 25 - Grupos de Atividades Econômicas – Participação informal por sexo.

Gráfico 16 - Agropecuária

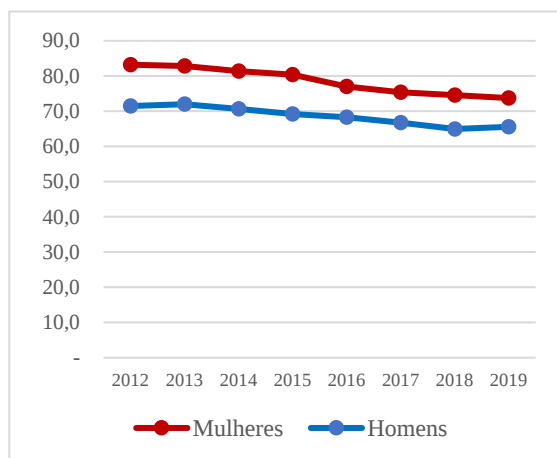


Gráfico 17 - Indústria

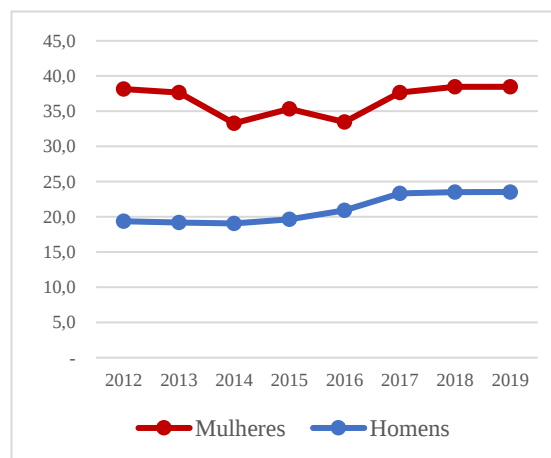


Gráfico 18 - Construção

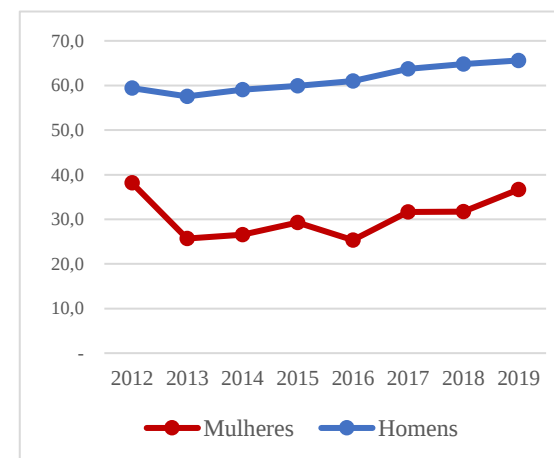


Gráfico 19 – Comércio e Reparação

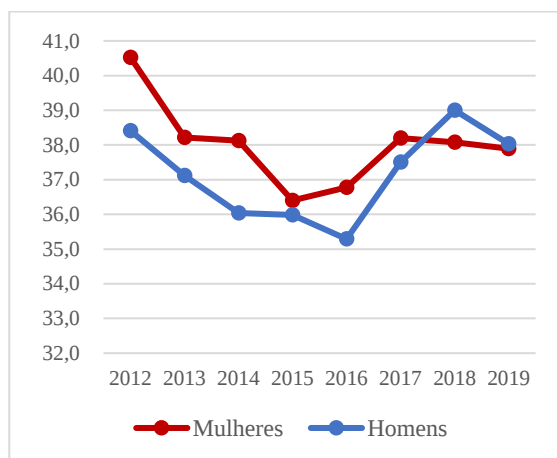


Gráfico 20 - Adm. Púb., educ., saúde e serv. soc.

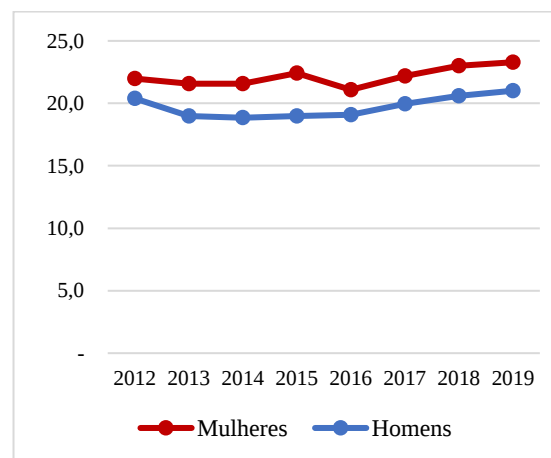


Gráfico 21 - Transp., Armazenamento e Correio

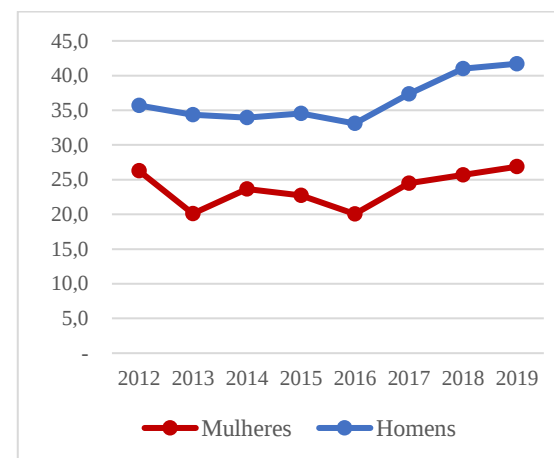


Gráfico 22 - Alojamento e Alimentação

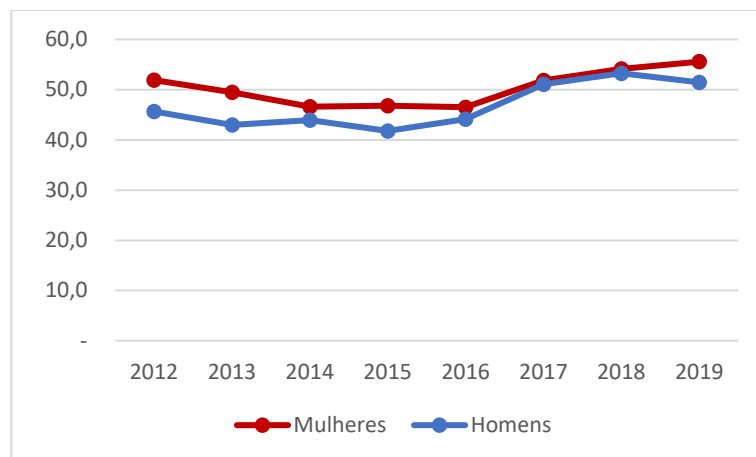


Gráfico 23 - Informação, financeira e outras ativ. Profissionais

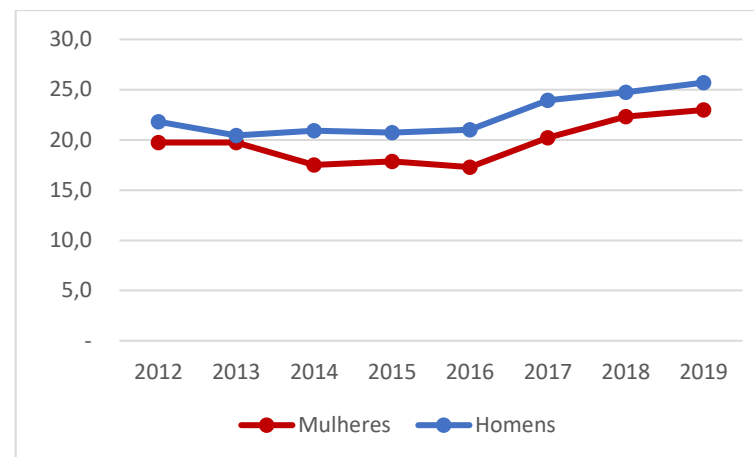


Gráfico 24 - Serviços Domésticos

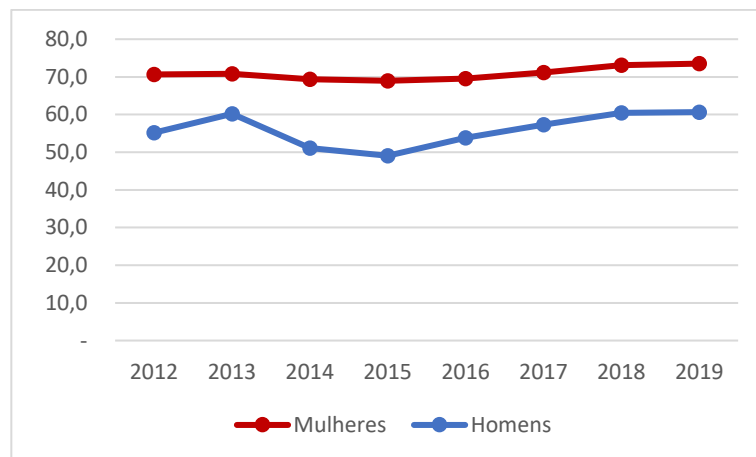
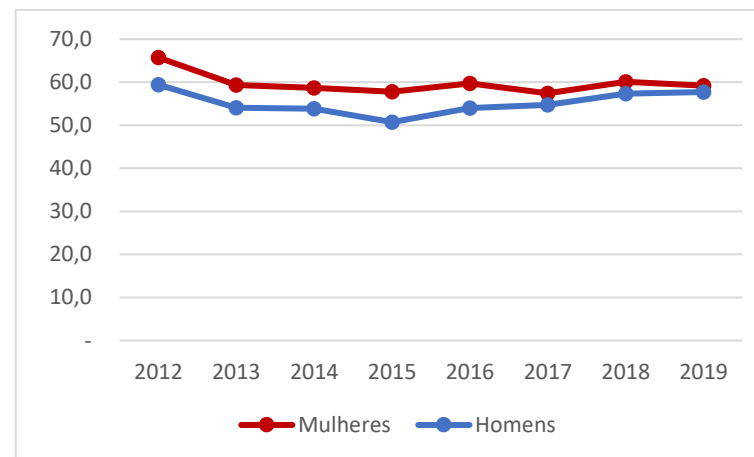


Gráfico 25 - Outros Serviços



Fazendo uma análise dos rendimentos médios dos trabalhadores, a tabela a seguir aponta que os trabalhadores informais de fato ganham menos que os formais, comprovando haver uma segmentação no mercado de trabalho. Enquanto a média do trabalho formal era de R\$ 2.779,00, a do informal era de R\$ 1.410,00 no ano de 2019.

Visualiza-se também que as disparidades salariais vistas entre homens e mulheres na formalidade são replicadas também na informalidade no Brasil. A média dos rendimentos para os homens na informalidade em 2019 era de R\$ 1.615,00 e para mulheres, R\$ 1.136,00. Incluindo o recorte por Grandes Regiões, há uma curiosidade: o menor rendimento médio é o da trabalhadora informal nordestina, R\$ 817,00.

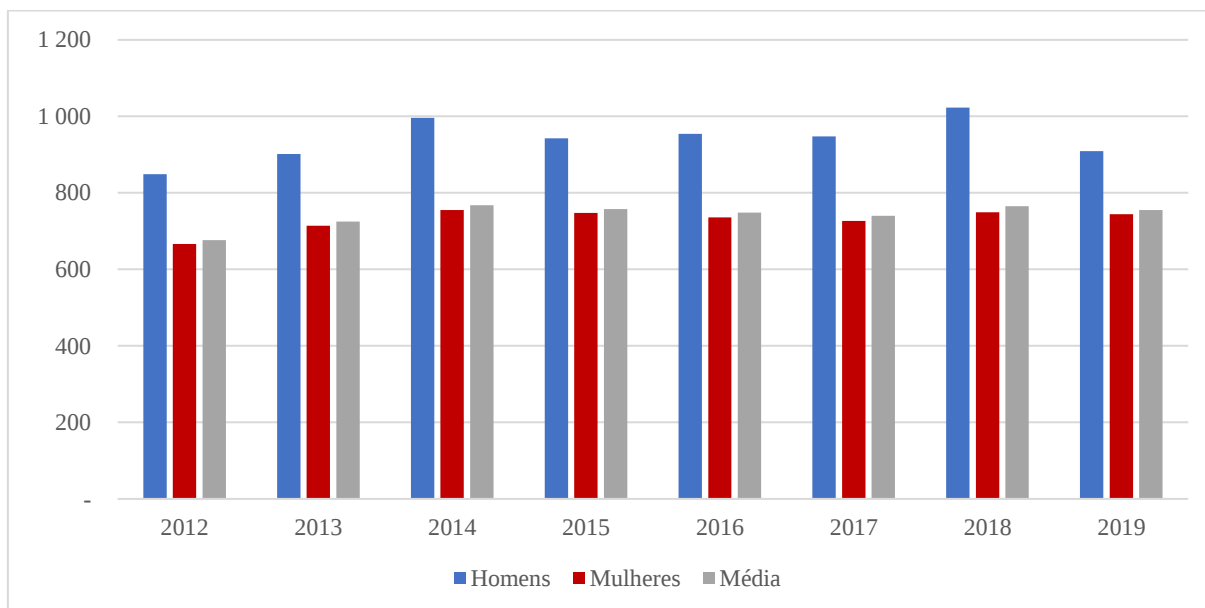
Tabela 4 - Rendimento médio habitual em ocupações formais e informais, por sexo e Grande Região - 2019

Grandes Regiões	Total	Ocupações formais			Total	Ocupações informais	
		Total	Sexo			Sexo	
			Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
Brasil	2 229	2 779	3 058	2 418	1 410	1 615	1 136
Norte	1 639	2 422	2 539	2 259	1 099	1 161	990
Nordeste	1 527	2 263	2 423	2 054	935	1 015	817
Sudeste	2 551	2 965	3 287	2 556	1 747	2 100	1 322
Sul	2 477	2 752	3 078	2 323	1 743	2 093	1 323
Centro-Oeste	2 442	2 986	3 261	2 621	1 625	1 908	1 264

Fonte: PNAD Contínua

Já vimos que as mulheres ganham representatividade nas posições por ocupação entre os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, categoria marcada por menores remunerações. Olhando o gráfico abaixo, observa-se que o rendimento mensal real habitual da mulher encontra-se abaixo tanto da média brasileira quanto do observado para os homens em todos os anos observados. Ressalta-se, no entanto, que há uma redução da diferença salarial entre homens e mulheres em 2019 em relação a 2018, com redução do rendimento para ambos os sexos.

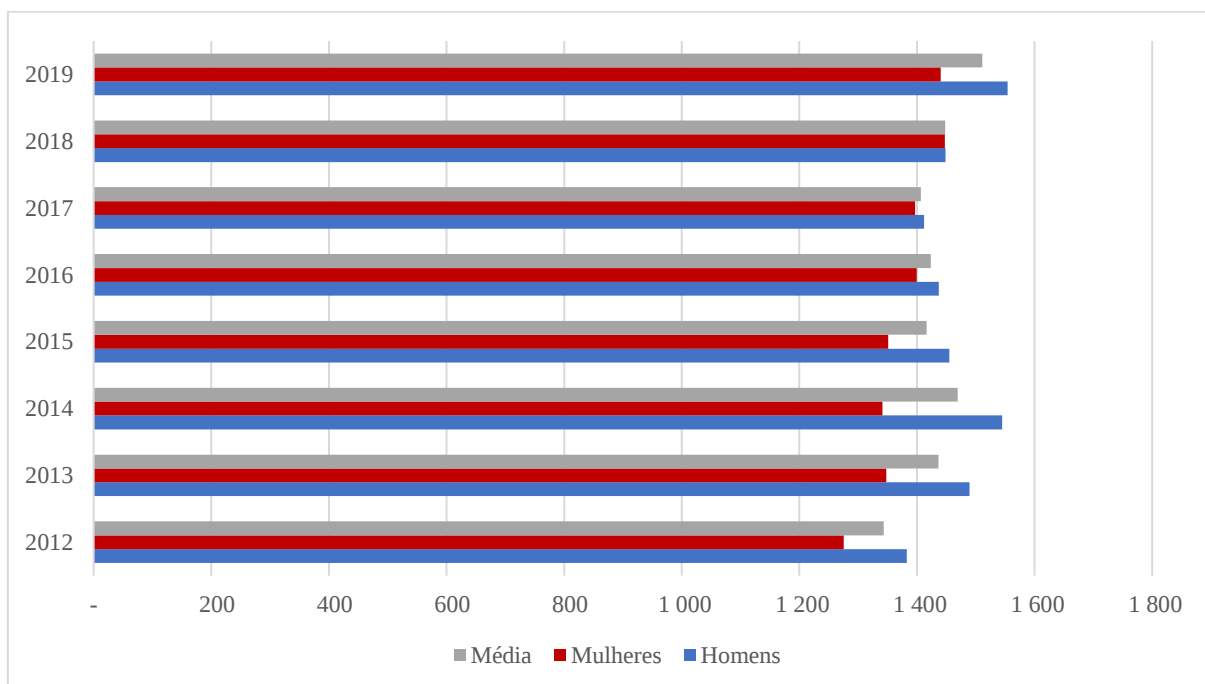
Gráfico 26 - Rendimento médio real do trabalho principal - trabalhadores domésticos sem carteira assinada



Fonte: PNAD Contínua

Entre os empregados sem carteira de trabalho, o comportamento também se repete: o salário das mulheres está abaixo da média e do observado para os homens, com exceção de 2018 onde foi possível observar que a média de ambos se aproximou, comportamento que não se replicou em 2019, ano em que a desigualdade salarial nessa ocupação aumentou. Vejamos:

Gráfico 27 - Rendimento médio real do trabalho principal - empregados sem carteira assinada



Fonte: PNAD Contínua

Olhando agora para as categorias dos trabalhadores por conta própria e empregadores, os dados da tabela 5 mostram que as menores remunerações são das trabalhadoras pretas ou pardas por conta própria não contribuinte e empregadora preta ou parda não contribuinte.

Tabela 5 - Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês - 2019

Características selecionadas	Total	Trabalhadores por conta-própria		Empregadores	
		Não contribuem para previdência social	Contribuem para previdência social	Não contribuem para previdência social	Contribuem para previdência social
	Média	Média	Média	Média	Média
Total	2 331	1 261	2 586	4 661	6 633
Sexo					
Homens	2 580	1 400	2 784	4 980	7 265
Mulheres	1 859	1 005	2 229	3 688	5 345
Sexo e cor ou raça (1)					
Homens brancos	3 550	1 835	3 212	6 209	8 035
Homens pretos ou pardos	1 723	1 158	2 211	3 614	5 114
Mulheres brancas	2 548	1 354	2 586	4 544	5 937
Mulheres pretas ou pardas	1 173	766	1 636	2749	3 825

Fonte: PNAD Contínua

Com esta seção observaram-se características da mão-de-obra brasileira, quais sejam: altos níveis de desocupação, elevadas taxas de subutilização da força de trabalho e subocupação que demonstram que o mercado de trabalho formal está limitado, mediante a falta de emprego para grande parte da população no período observado e, assim, podem tornar o setor informal um caminho frente à crise econômica.

Os dados mostram que estes aspectos afetaram mais fortemente as mulheres, de forma que a participação delas na informalidade supera a dos homens em categorias associadas a menores salários e condições de trabalho mais precárias: trabalhador auxiliar familiar e nos serviços domésticos sem carteira assinada, este culturalmente associado como ocupações mais “femininas”, p.ex. Acrescenta-se que há, também, diferenças entre as participações nos agrupamentos das atividades econômicas.

5.2. RESULTADOS DO MODELO ECONOMETRICO

Os resultados obtidos na execução do Probit podem ser observados na Tabela 6 a seguir, onde a variável dependente do modelo estimado contemplou como informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores não contribuintes da previdência.

Podemos interpretar com o Pseudo R2 que 16,74% da variação da ocupação informal pode ser explicado pelas variáveis atribuídas (explicativas) no modelo.

Tabela 6 – Resultados do Modelo Probit

informal	Coeficiente	Erro Padrão	Z	P> z	[95% intervalo de confiança]	
sexo	0,0270195	0,0085004	3,18	0,001	0,0103591	0,043799
area	0,0507239	0,0086349	5,87	0,000	0,0337997	0,067648
est_civil	-0,2297308	0,0101113	-22,72	0,000	-0,2495486	-0,2099129
chefe_fam	-0,1306226	0,0094714	-13,79	0,000	-0,1491862	-0,1120589
idade	-0,0159552	0,0003143	-50,76	0,000	-0,0165713	-0,0153392
cor	0,0420417	0,0037748	11,14	0,000	0,0346433	0,0494401
instrucao	-0,23007	0,0022355	-102,92	0,000	-0,2344514	-0,2256886
setor	-0,0494337	0,0012215	-40,47	0,000	-0,0518278	-0,0170397
renda	-0,0001305	2,26E-06	-57,81	0,000	-0,000135	-0,0001261
_cons	2,593789	0,0164393	157,78	0,000	2,561569	2,62601
Log Probabilidades = -83644,363				Prob> chi2 = 0,0000		
LR chi2(9) = 33633,04				Pseudo R2 = 0,1674		

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados do Probit

Para poder interpretar os coeficientes da saída da regressão probit, precisamos interpretar os efeitos marginais dos regressores, isto é quanto a probabilidade (condicional) da variável de resultado muda quando se altera o valor de um regressor, mantendo todos os outros regressores constantes.

Quando olhamos para a Tabela 7, é possível observar que a magnitude de quase todos os coeficientes se reduz, mas a significância estatística e os sinais se mantêm os mesmos.

Tabela 7 – Efeitos Marginais

	Método Delta					
	dy/dx	Erro Padrão	z	P> z	[95% intervalo de confiança]	
sexo	0,0064717	0,0020357	3,18	0,001	0,0024818	0,0104616
area	0,0121494	0,002068	5,87	0,000	0,0080962	0,0162026
est_civil	-0,0550253	0,0024141	-22,79	0,000	-0,0597569	-0,0502937
chefe_fam	-0,0312868	0,0022657	-13,81	0,000	-0,0357276	-0,026846
idade	-0,0038216	0,000074	-51,66	0,000	-0,0039666	-0,0036766
cor	0,0100699	0,0009032	11,15	0,000	0,0082996	0,0118401
instrucao	-0,0551065	0,0004994	-110,34	0,000	-0,0560854	-0,0541277
setor	-0,0118404	0,0002904	-40,77	0,000	-0,0124096	-0,0112712
renda	-0,0000313	5,36E-07	-58,39	0,000	-0,0000323	-0,0000302

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados dos efeitos marginais

Olhando para as variáveis, o modelo demonstra que o efeito marginal da variável “sexo” sobre a informalidade é positivo. Tomando por valor 1 quando o sexo é feminino e 0 quando o sexo é masculino, observamos que se o indivíduo for mulher, a probabilidade de ser informal, isto é, não ter carteira de trabalho assinada e não ser contribuinte da previdência, aumenta em 0,64717% a um nível de erro de 1%. Isto vai de encontro do analisado em Cirino e Dalberto (2018): os trabalhadores enfrentam mais dificuldades para entrar no mercado de trabalho formal do que no informal e as mulheres, conforme sugerem os dados do GEM (2018), são mais sensíveis às transformações econômicas e sociais.

Estes resultados ainda apontam para o que admitiu Cordeiro (2011): a tarefa de conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares e domésticas pode ser limitante da disponibilidade das mulheres no mercado de trabalho formal, ainda que não impeçam sua atuação. Os aspectos como o preço-sombra referente ao custo de entrada no mercado de trabalho, questões em volta de quem cuidará dos filhos, custos de deslocamento e acessibilidade (mobilidade urbana) acabam sendo fatores decisivos para a decisão de inserir-se ou não no mercado formal.

A variável relativa à área de domicílio do indivíduo também é positiva, demonstrando que moradores da área urbana estão mais propícios a ocuparem a informalidade, de forma que a probabilidade de ser informal para estes aumenta em 1,21%. Segundo os dados da PNADC, em 2019, cerca de 84% da população brasileira vivia em áreas urbanas enquanto cerca de 15% viviam em áreas rurais. Sendo a área urbana mais populosa, isto pode acarretar maior probabilidade de inserir-se no mercado de trabalho informal. Relacionado a isto, fatores como

a urbanização têm ampliado a ocorrência das atividades informais nas grandes cidades e o aumento do desemprego nestas áreas, conforme os dados da PNAD mostraram.

Outra variável que apresenta comportamento positivo é a cor ou raça, onde se o indivíduo não for branco a probabilidade de ser informal aumenta em cerca de 1% conforme se observa na tabela 7.

No modelo mensurado a instrução apresenta, de fato, um sinal negativo, o que demonstra que quanto maior nível de instrução menor é a probabilidade de ser um trabalhador informal se comparado a um indivíduo analfabeto (categoria de referência do modelo). Para uma pessoa com maior nível de escolaridade, reduz cerca de 5,5% a probabilidade de estar locado em categorias de trabalho sem carteira assinada e de não ser contribuinte da previdência.

Estes resultados apontam para o analisado em Kon (2004): as características sociais do trabalhador como gênero, raça, escolaridade, idade, experiência, entre outras, são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário. Desta forma, as características históricas do trabalhador podem se apresentar como um impasse para a mudança nas condições de trabalho e rendimento, em decorrência da perpetuação de hábitos ou devido ao preconceito.

Ainda conforme os resultados obtidos, ao considerarmos o setor em que está locado o trabalhador, observa-se que se o indivíduo não trabalhar na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, aqui tido como categoria de referência, a probabilidade de ser informal reduz 1,184%.

Se o indivíduo for chefe de família sua probabilidade de ser informal reduz em 3,13%. No mesmo sentido, se o trabalhador for casado, a probabilidade de estar na informalidade reduz em cerca de 5,5%. Isto pode se dar uma vez que, conforme a discussão teórica inicial, as vagas de trabalhos informais são tendencialmente mais precárias englobando atividades que não condizem com as normas legais ou estão desvinculadas à seguridade social, o que para um chefe de família ou casado podem ser fatores que os motivem a procurarem vagas em trabalhos formais, com maior estabilidade e maiores salários, para melhor garantirem o sustento familiar, por exemplo.

Outro fator que influencia em termos de probabilidade a participação do setor informal é a idade. Os resultados apontam que quanto maior a idade menor a probabilidade de ser informal. A variável possui coeficiente de cerca de 0,38%. Já a renda também apresentou

resultado negativo sobre a probabilidade de ser informal, mas com o menor efeito em relação às demais variáveis.

A despeito de sua baixa magnitude isto confirma o analisado a partir de Ulyssea (2006): no mercado informal além de o nível de educação dos trabalhadores ser menor há uma rotatividade mais elevada, além do mais, o setor formal é de melhor qualidade: maiores salários e maior estabilidade e sendo assim, segundo Ramos (2007), é objetivo dos indivíduos inserirem-se neste mercado.

Além disto, Cirino e Dalberto (2018) atestam que os trabalhadores formais possuem vantagens de rendimentos sobre os informais, considerando indivíduos com a mesma dotação de atributos. O que indica que indivíduos com mesmos níveis de produtividade poderiam ser remunerados de formas diferentes a depender do setor em que estão alocados, conforme a teoria da segmentação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação investigou o comportamento atual do mercado de trabalho informal brasileiro para identificar se as mulheres se enquadram no rol da parcela mais atingida pelos aspectos deste setor. Assumiu-se como hipótese que a segmentação do mercado de trabalho explica, em boa medida, a informalidade e as mulheres possuem maiores chances de estarem inseridas ali, isto é, o sexo é uma variável que influencia nas diferenças de probabilidade de participação nas ocupações informais.

Os resultados da pesquisa descritiva realizada para os dados da PNADC para o período de 2012 a 2019 identificaram características da economia brasileira recente, a saber, os altos níveis de desocupação, elevadas taxas de subutilização da força de trabalho e subocupação, fatores que demonstram, entre todas as coisas, a limitação do mercado de trabalho formal, mediante a falta de emprego para grande parte da população no período observado, mostrando que o setor informal se apresentou como um caminho frente à crise econômica.

A análise alcançou o objetivo de identificar se as mulheres se enquadravam no rol da parcela mais atingida pelos aspectos do setor informal, visto que, mesmo tendo sido semelhante a proporção dos informais de ambos os sexos, a participação delas supera a dos homens nas categorias com menores remunerações e mais marcadas pelos aspectos da precariedade: trabalhadores auxiliares de família e trabalhadores domésticos, este culturalmente associado como ocupações mais “femininas”, p.ex.

No campo das probabilidades, com a execução do modelo econométrico Probit, os resultados mostraram que as mulheres apresentam maiores chances de estarem inseridas na informalidade, isto é, de não ter carteira de trabalho assinada e não ser contribuinte da previdência, acompanhado de outras variáveis como habitar na área urbana e se enquadrar como um trabalhador não branco. O estudo comprova, deste modo, as hipóteses assumidas para análise.

O estudo também mostra que a segmentação consegue, em boa parte, explicar a informalidade, considerando que gênero, raça, escolaridade, idade, entre outras, são utilizadas para estabelecer o preenchimento de postos de trabalho no mercado primário ou secundário, sendo que o trabalho informal se concentra mais fortemente no setor secundário (isto é, marcado pelas características de tal setor).

Destaca-se que ao fugir das formas mais convencionais de pesquisas relacionadas ao tema, efetivadas de forma qualitativa através de entrevistas e do acompanhamento da experiência, este estudo contribui para suplementar as pesquisas, mas agora com um caráter explicativo e não somente descritivo com a utilização de um modelo econométrico como o Probit, além de contribuir para a literatura mediante o levantamento de dados recentes do mercado de trabalho brasileiro.

No âmbito socioeconômico, a pesquisa colabora para a condução de políticas públicas não só de emprego, mas que de algum modo se voltem à redução da informalidade, importantes para o desenvolvimento do país por meio da redução dos efeitos das desigualdades sociais. Acrescenta-se que por propor a articulação entre o fenômeno da informalidade e gênero, os resultados podem contribuir também na redução do *feedback* negativo entre as mulheres.

As limitações observadas no trabalho envolvem a inexistência de algumas variáveis no banco de microdados da PNAD que poderiam suplementar a execução do Probit: quantidade de horas de trabalho doméstico, cuidado de pessoas ou realização de afazeres domésticos, que podem ser fatores que ampliem a probabilidade das mulheres serem trabalhadoras informais.

Para trabalhos futuros, torna-se importante inserir o recorte por grandes regiões brasileiras, para, limitando a extensão territorial, identificar se estes comportamentos e resultados observados ao nível brasileiro são replicados regionalmente.

REFERÊNCIAS:

ALVES, José E. D. A. **O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas no mercado de trabalho**. 2013. Disponível em: <<http://www.dmtmdebate.com.br/o-crescimento-da-pea-e-a-reducao-do-hiato-de-genero-nas-taxas-de-atividade-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em 17 de junho de 2021.

BARBOSA, A. de F. **De “setor” para “economia informal”: aventuras e desventuras de um conceito**. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ev-entos/ckeditor/texto_sem_2009_barbosa.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2021.

CACCIAMALI, M. C. Mercado de trabalho: Mercados Duais. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, p. 59 – 69, jan./mar.1978.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 14, p. 153-174, jun, 2000.

CACCIAMALI, M. C. Brasil: un caso reciente de crecimiento económico con distribución derenta. **Revista de Estudios Empresariales**, n.1, p.46-64, 2011.

CASARI, P. **Segmentação no mercado de trabalho brasileiro**: diferenças entre o setor agropecuário e os setores não agropecuários, período de 2004 a 2009. Piracicaba, 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-30052012-085036/>>. Acesso em 15 de maio de 2021.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIRINO, J. F., DALBERTO, C. R. Informalidade e segmentação no mercado de trabalho brasileiro: evidências quantílicas sob alocação endógena. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.28, n.2, p.417-460, 2018.

CORDEIRO, C. N. M. **O perfil socioeconômico das mulheres manauaras que desenvolvem a atividade informal no entorno do UNINORTE**. Tese (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2011.

DELPONTE, V. L. **Informalidade e Gênero**: Efeitos do trabalho não remunerado. Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/63759>>. Acesso em 25 de jul. de 2020.

DOERINGER, P., PIORE, M., 1971. **Internal labor markets and manpower analysis**, 2nd Edition. New York, USA: Sharpe, 1985.

Economia subterrânea causa rombo de R\$ 1 trilhão ao país. **Portal FGV**, Brasil, 28 de nov. de 2017. Disponível: <<https://portal.fgv.br/noticias/economia-subterranea-causa-rombo-r-1-trilhao-ao-pais>>

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **GEM 2018**: Análise dos resultados por gênero. Disponível em:

<[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/GEM%20%20An%C3%A1lise%20por%20g%C3%AAnero%202018%20finalv1%20\(002\).pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/GEM%20%20An%C3%A1lise%20por%20g%C3%AAnero%202018%20finalv1%20(002).pdf)> . Acesso em: 17 de nov. de 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **GEM 2019:** Análise dos resultados por gênero. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf> . Acesso em: 17 de nov. de 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GORAYEB, Daniela S.; SARRIS, Georgia C; FILLETI, Juliana de P.; CARDOSO de MELO, Maria Fernanda. **Análise das ocupações das mulheres no Brasil no período de crise econômica 2015-2019**. In FACAMP Estudos NPEGen Mulheres na Economia e na Sociedade. Campinas: Editora FACAMP, nº 1, setembro de 2019.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 924 p.

HART, K. Informal income opportunities and urban development in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 1, March 1973.

HUERGA, E. F. La teoría de la segmentación del mercado de trabajo: enfoques, situación actual y perspectivas de futuro. **Investigación económica**, vol. LXIX, 273, p. 115-150, julio-septiembre de 2010.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v.11, n.21, jan/jun, p.24-41, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2019** – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em 24 de ago. de 2020a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas sociais**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>>. Acesso em 26 de ago. de 2020b.

JORGE, M. A. **Economia do Trabalho:** Diferenciais Compensatórios de Salário e Taxas de Homicídio no Brasil. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe (EDUFS), 2011.

KON, A. **Diversidades Nas Condições De Informalidade Do Trabalho Brasileiro**. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/4734021_Diversidades_Nas_Condicoes_De_Informalidade_Do_Trabalho_Brasileiro>. Acesso em 02 de mai. de 2021.

KON, A. Responsabilidade Social das Empresas como Instrumento para o Desenvolvimento: A Função da Política Pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 41, p. x-v, 2013.

KREIN, J. D.; WEISHAUPT PRONI, M. **Economia informal:** aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT-Brasil, 2010 (Trabalho decente no Brasil; Documento de trabalho, n. 4).

KÜCHEMANN, B. A. Estratégias de sobrevivência de mulheres no setor Informal urbano. In: KOHIHEPP, Gerd (coord.) **Brasil: modernização e globalização**. Madrid: Biblioteca Iberoamericana; Frankfurt a. M.: Verwuert, 2000.

LEONTARIDI, M. **Segmented Labour Markets: Theory and Evidence**. 1998. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-6419.00048>>. Acesso em 17 de maio de 2021.

LEWIS, W. A. **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra**. IN.: The Manchester School. 1954. Disponível em: <http://www.adelinotorres.info/desenvolvimento/w_arthur_lewis_o_desenvolvimento_com_o_ferta_ilimitada_de_mao_de_obra.pdf>, Acesso em: 10 de jun. de 2020

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, P. B. **A Feminização do Mercado Informal: inserção precarizada e desigual**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/afeminizacaodomercadoinforma_linsercaoprecarizadaedesigual.pdf>. Acesso em 17 de jul. de 2020.

MENEZES, E., SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

NEFFA, J. C. Las Teorías de La Segmentación de los Mercados de Trabajo. In NEFFA, J. C.; EYMARD-DUVERNAY, F. **Teorías Económicas sobre El Mercado de Trabajo: III. Análisis Institucionalistas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008.

NOGUEIRA, M. O. **A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. (Texto para Discussão n. 2221). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2021.

NORONHA, E. G. **Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Minas Gerais, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>>. Acesso em 15 de jul. de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Employment, incomes and equality: a strategic for increasing productive employment in Kenya**. Geneva: OIT, 1972.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Resolução da 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho concernente ao setor informal**. Geneva: OIT, 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture**. Geneva: OIT, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Lisboa). **A OIT e a Economia Informal**. 1ª Edição 2005. ed. Lisboa: Escritório da OIT em Lisboa, 2006. 40 p. ISBN 972-99783-2-8.

PERES, T. B. Informalidade: um conceito em busca de teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, Julho a Dezembro de 2015. Disponível em: <

PINHEIRO, A. M; ÁLVARO, M. A. G. **Informalidade na Região Metropolitana de Belém: um retrato por gênero**. Disponível em: <https://www.academia.edu/9862467/INFORMALIDADE_NA_REGI%C3%83O_METROPOLITANA_DE_BEL%C3%89M_UM_RETRATO_POR_G%C3%8ANERO>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

PRODANOV. C.C; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed - Novo Hamburgo-RS: Editora Feevale, 2013. 275 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em 28 de ago. de 2020.

RAMOS, C. A. Setor informal: do excedente estrutural a escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2007.

SANCHES, O. **Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico**. 2008. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/vii_ciclo2009_artosmarsanches.pdf>. acesso em 22 de jul. de 2020

SILVA, F. S. B. **O Mercado de Trabalho no Brasil e no Nordeste em tempos de crise capitalista: a reconfiguração das ocupações e a informalidade em relação combinada**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/PDF/omercadodetrabalhonobrasilenonordeste.pdf>>. Acesso em 30 de jul. 2020.

SILVA, M., CHINELLI, F. "Velhas e Novas Questões sobre a Informalização no Brasil Atual". In: L. A. Machado da Silva (org). **Contemporaneidade e Educação**, ano II, n. 1, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, 1997.

STEHLING, Matheus Alves. **A precarização e a informalidade no mercado de trabalho brasileiro**. 2019. 39 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

TAUBMAN, P.; WACTHER, M. Segmented Labor Markets. In. ASHENFELTER, O.; LAYARD, R. (eds). **Handbook of Labor Economics**. Amsterdam: North Holland, 1986, v 2.

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7, 2002. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006.

VASCONCELOS, A. S., TARGINO, I. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993 – 2013. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, p. 141-161, jan./jun. 2015.

VASCONCELLOS, E. J. G. Trabalhadores informais: o sentido da sua escolha de trabalho. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30357304.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2021.

VIETORISZ, T.; HARRISON, B. Labor market segmentation: positive feedback and divergent development. **American Economic Review**, v. 63, n. 2, p. 366-376, May 1973.